

ADVERSO

Nº 169 - Agosto de 2009

Impresso
Especial

0334/2001-DR/RS
ADUFRGS

...CORREIOS...

DEVOUÇÃO
GARANTIDA
...CORREIOS...

ISSN 1980315-X



Saúde Suplementar

Plano atual é prorrogado e negociações avançam

Com a ampliação do prazo até julho de 2010, Ufrgs ganha tempo para se adequar às novas normas do Governo Federal. Adufrgs Sindical e Comissão de Usuários buscam garantir, nas mesas de negociação, condições mais vantajosas aos segurados. Algumas conquistas já se concretizaram.

Páginas 14 a 16

Seminário Nacional sobre Previdência Complementar

25 e 26 de setembro de 2009
Faculdade de Direito da Ufrgs
Porto Alegre-RS

Sistema de Previdência do governo para
servidores que ingressaram a partir de 2004

O que muda com a nova lei

Como funciona o cálculo da aposentadoria atual

Perdas sofridas pelos novos servidores

Promoção

Adufrgs Sindical e Proifes

ADVERSO

Publicação mensal impressa em
papel Reciclado 90 gramas
Tiragem: 5.000 exemplares
Impressão: Comunicação Impressa

Produção e Edição:
VERDEPERTO
editora
(51) 3228 8369

ISSN 1980315-X



Editora: Maricélia Pinheiro (MG 05029 JP)
Reportagem: Maricélia Pinheiro, Naira Hofmeister
(RP 13164), Clarissa Pont (RP13302) e Aline Pellegrini (estagiária)
Projeto Gráfico e Diagramação: Eduardo Furasté
Imagem da capa: Revista "A Grande Aventura do Homem"



Rua Otávio Corrêa, 45 Porto Alegre/RS
CEP 90050-120 Fone/Fax: (51) 3228.1188
secretaria@adufrgs.org.br
www.adufrgs.org.br

Presidente - Claudio Scherer
1º Vice-Presidente - José Carlos Freitas Lemos
2º Vice-Presidente - Maria Luiza Ambros von Hollenberg
1º Secretária - Daniela Marzola Fialho
2º Secretária - Elizabeth de Carvalho Castro
3º Secretária - Maria Cristina da Silva Martins
1º Tesoureiro - Paulo Artur Kozen Xavier de Mello e Silva
2º Tesoureira - Maria da Graça Saraiwa Marques
3º Tesoureira - Ana Paula Ravazzolo

ÍNDICE

Editorial

A Adufrgs Sindical e os planos de saúde

04

SEGURIDADE SOCIAL

PING-PONG

Celso Woyciechowski

"Internamente, temos opiniões diferenciadas, mas quando a CUT sai para a ação, sai unificada"

05

NOTÍCIAS

08

RS lança Comitê em Defesa do Pré-Sal

OBSERVATÓRIO

10

12

VIDA NO CAMPUS

CENTRÁL

Plano de Saúde

Comissão de Usuários garante vantagens juntas à Unimed

14

17

ARTIGO

Woodstock

Três dias que abalaram o mundo

por Robson de Freitas Pereira

20

PRESTAÇÃO DE CONTAS

22

JURÍDICO

22

NAVEGUE

ORELHA

23

24

EM FOCO

Música

Conversa de eruditos

+1

26

27

A HISTÓRIA DE QUEM FAZ

Ano após ano, quando se aproxima a época da renovação do Plano de Saúde, tem se verificado a mesma tensão e ansiedade. É a incerteza de que se possa manter ou modificar algo já conquistado. Desta vez, por uma decisão conjunta da Universidade, Adufrgs Sindical, Assurfgs, usuários e Operadora fica mantido o mesmo contrato, com as mesmas cláusulas vigentes, do atual plano de saúde Unimed-Porto Alegre, sem prorrogação, até que seja realizada nova licitação e negociação de um novo plano.

Vale relembrar que em dezembro de 2006, a Diretoria da Adufrgs, autorizada por seus associados em Assembleia Geral, iniciou estudos para viabilizar a melhor cobertura de saúde possível para seus docentes de melhor qualidade com menor custo, preservando os direitos dos usuários do Plano então vigente e permitindo o ingresso de todos os associados.

Novos fatos ocorreram desde então: a Portaria Normativa nº 01/2007, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o resarcimento financeiro ao servidor usuário de plano de saúde, e seus dependentes, e, sobretudo, a transformação da Adufrgs-Seção Sindical da Andes em Adufrgs Sindical (Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior de Porto Alegre), em 3 de dezembro de 2008, quando passou a representar, também, os professores do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IF-RS/Campus Porto Alegre) e da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA).

Para atender à Portaria nº 01/2007, a Universidade designou um Grupo de Trabalho, que após promover seminários nos campi da Ufrgs e convidar as operadoras para apresentação de seus produtos, realizou consulta eletrônica que mostrou que a preferência da comunidade era contratar um Plano de Saúde através de licitação. O relatório final das atividades desenvolvidas foi apresentado ao Conselho Universitário desta Universidade em 25 de outubro de 2007. Iniciaram-se, então, as licitações – de junho de 2008 a junho de 2009 –, sem, infelizmente, ter chegado a alguma decisão.

E fica o questionamento sobre os motivos que levaram a este impasse. Por que poucas operadoras, ou nenhuma, apresentaram-se em cada licitação? Por que uma carteira com mais de 7 mil vidas é tão pouco atrativa às operadoras? A alta faixa média etária dos servidores da Universidade seria real? Seria a nossa comunidade uma população doente, dispendiosa para as operadoras? Vale uma análise cuidadosa destes argumentos, apresentados como justificativa, para que, conhecendo nossa situação verdadeira não fiquemos a mercê de cálculos, gráficos e tabelas, sujeitos a pressões psicológicas geradas por insegurança e medo. Para que possamos negociar com transparência um plano de saúde que permita o ingresso de todos, e não apenas dos 30% dos servidores da Ufrgs, que mantenha o resarcimento financeiro do governo, que atenda nossas necessidades, cubra novos procedimentos, mantenha os atuais agregados cobertos e a um menor custo possível.

A Adufrgs Sindical reitera o compromisso com seus associados de proteger seus interesses, seja pela sua atuação efetiva na atual Comissão de Usuários, seja pela mobilização junto à Ufrgs, visando à imediata realização de licitação para o estabelecimento de um plano de saúde com a operadora que melhor atender nossos interesses. Paralelamente, a Adufrgs Sindical, agora representando todos os professores das Ifes de Porto Alegre, reitera aos professores da UFCSPA e do IF-RS o compromisso de realizar estudos e negociações para a implantação de um Plano de Saúde, que lhes proporcione a devida cobertura, dentro das condições aprovadas em Assembleia Geral de 1º de abril de 2009.

Directoria da Adufrgs Sindical

Maiores de 60 anos terão benefício mais rápido

Idosos com mais de 60 anos terão prioridade na resposta dos pedidos administrativos feitos em órgãos públicos federais e também no julgamento de ações na Justiça. É o que determina a Lei 12.008, que passou a vigorar no dia 2 de agosto de 2009 tanto em órgãos públicos, como o INSS e a Receita, quanto na Justiça. A nova lei beneficia também portadores de doenças graves, como mal de Parkinson, HIV positivo, tuberculose ativa ou hanseníase.

Segundo dados do INSS, atualmente o tempo médio de concessão dos benefícios previdenciários é de 27 dias no Estado de São Paulo. No País, a espera, em média, é de 21 dias. Com a nova lei, os idosos com mais de 60 anos e demais beneficiados terão o pedido de concessão ou revisão de

benefício respondidos em um prazo mais curto. Na Justiça, a espera média pela sentença de uma ação ultrapassa três anos. Quem já entrou com a ação, perdeu e está aguardando o julgamento do recurso também terá direito à prioridade no atendimento.

De acordo com o Ministério da Justiça, o idoso que não for atendido antes poderá entrar com uma reclamação na Justiça Federal pedindo a solução do caso. A prioridade dos idosos já estava prevista no Estatuto do Idoso, de 2003. Mas para isso, era preciso que o advogado pedisse no processo o atendimento prioritário. Agora, com a nova lei, não será mais necessário.

Fonte: Jornal Agora SP

Plano de previdência é 17% do PIB brasileiro

O montante que os investidores possuem em planos de previdência empresariais corresponde a 17% do PIB (Produto Interno Bruto). O Brasil conta com 372 fundos fechados de previdência, que operam 1.037 planos de benefício, com um patrimônio de R\$ 442 bilhões. A quantia é significante a ponto de colocar o Brasil na oitava posição entre os maiores sistemas de previdência complementar fechada do mundo, conforme assinalou o senador Romero Jucá (PMDB-RR).

Segundo Jucá, o sistema de previdência complementar brasileiro evoluiu desde a regulamentação da atividade. "A necessidade de ação regulatória e fiscalizadora sobre o setor,

por parte do Estado, é fato reconhecido pela dimensão, evolução e complexidade do sistema", disse, segundo a Agência Senado. O senador analisa o projeto, em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos, que prevê a criação da Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar). O projeto, que já passou por aprovação da Câmara dos Deputados, também cria um órgão superior de regulação do sistema de previdência complementar, além de uma câmara que funcionará como instância recursal e de julgamento das decisões.

Fonte: Diário do Comércio

Curiosidade

Quando surgiu a aposentadoria?

Foi no final do século 19, na Alemanha. O governo do chanceler Otto von Bismarck estabeleceu em 1889 um sistema nacional que assegurava o pagamento de uma pensão a todos os trabalhadores do comércio, indústria e agricultura que tivessem 70 anos ou mais. A ideia foi logo adotada na Áustria e na Hungria e, a partir de 1920, espalhou-se por outros países da Europa. Ao criar esse benefício, que atendia a reivindicações trabalhistas, Bismarck pretendia conter o crescimento das ideias socialistas, que se espalhavam pelo continente. No Brasil, a primeira lei que cuidou da aposentadoria é de 1923 e só se destinava a proteger os ferroviários. Depois, outras leis foram sendo editadas para beneficiar as demais categorias.

Originalmente, a aposentadoria tinha como objetivo

básico amparar trabalhadores que atingissem idade avançada, ficassem inválidos ou se tornassem incapacitados para exercer qualquer tipo de profissão. "Com o tempo, esse direito começou a proteger também quem trabalhou muitos anos, ainda que não estivesse na idade da aposentadoria por velhice. É a chamada 'aposentadoria por tempo de contribuição'", diz o advogado Wagner Balera, professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). O problema é que nem sempre a previdência social, instituição que paga esses benefícios, tem dinheiro para honrar seus compromissos. É por isso que a gente ouve tantas discussões sobre a reforma da previdência no Brasil.

Fonte: Revista Mundo Estranho

“Internamente, temos opiniões diferenciadas, mas quando a CUT sai para a ação, sai unificada”

Presidente reeleito da CUT/RS e diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Administração Escolar no RS (Sintae/RS), Celso Woyciechowski é formado em Filosofia. Filho de agricultores familiares, começou sua militância política ainda cedo, acompanhando movimentos de jovens trabalhadores. Diretor-fundador do Departamento Nacional de Trabalhadores em Educação (DNTE), trabalhou pela transformação do então departamento na Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee), entidade em que também foi dirigente. Dirigiu a CUT Metropolitana e tem ativa participação na articulação dos movimentos sociais gaúchos, principalmente os que estão reunidos na Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS). As divergências internas da CUT, os temas que compõem a plataforma atual de luta da Central, a campanha de combate à corrupção no governo do Rio Grande do Sul e a cassação do diploma de jornalista são abordados nesta entrevista.

texto e fotos Maricélia Pinheiro



Celso Woyciechowski

Como o senhor avalia o 12º Congresso Estadual da CUT/RS?

Nosso congresso tem se consolidado como um dos maiores congressos estaduais da CUT no Brasil. Não só pelo número de trabalhadores e trabalhadoras presentes, mas pela representatividade dos diversos segmentos das atividades econômicas do Rio Grande do Sul. Foram 650 delegados e delegadas, com grande participação das mulheres (mais de 40%). Isso reafirma a Central Única dos Trabalhadores como a maior da América Latina, a partir de um processo afirmativo de construção coletiva. Nesse congresso, obviamente, tivemos disputas, o que é extremamente salutar. Mas a CUT se caracteriza pela pluralidade de ideias e de opiniões que existe no movimento sindical como um todo. Isso se expressa nos congressos, nos momentos de disputa e na ampliação dos espaços para além do movimento sindical. A CUT hoje discute projeto de sociedade, modelo econômico, formação e qualificação dos trabalhadores. Portanto busca a construção de uma sociedade hegemônica em todos os espaços.

Quais foram as principais resoluções do Cecut?

Tivemos um debate altamente qualificado, seja de estrutura, de estratégia, de plataforma de ação. Um dos pontos altos foi a discussão sobre a crise financeira e a necessidade de construirmos alternativas de modelo econômico. Porque esse que levou o País e o mundo a um quadro crítico de desemprego não serve mais. Portanto, é preciso pensar uma economia baseada em um Estado forte, gerador de emprego e que garanta os direitos dos trabalhadores.

Outro momento importante foi o debate sobre o Estado que queremos. Um Estado capaz de produzir políticas públicas de qualidade; que valorize serviços e setores públicos; que se preocupe com a qualificação dos trabalhadores, com uma educação de qualidade, com a segurança pública e com o meio ambiente. A partir disso, se elabora um plano de ação da CUT para o próximo período.

Discutimos também o posicionamento da CUT com relação a importantes conferências como a de Segurança Pública, Comunicação, Previdência. A

“A CUT hoje discute projeto de sociedade, modelo econômico, formação e qualificação dos trabalhadores. Portanto, busca a construção de uma sociedade hegemônica em todos os espaços”

conclusão é que a CUT deve ser protagonistas nesses processos, mas para isso é preciso produzir conteúdo e envolver a classe trabalhadora nessas discussões. Houve ainda a elaboração de um plano de ação que inclui a redução da jornada de trabalho; o fim do fator previdenciário; o fim da corrupção no estado do Rio Grande do Sul e a defesa de um modelo de desenvolvimento que leve em conta a preservação do meio ambiente. São questões que extrapolam o mundo do trabalho. Logicamente que foram debatidas várias outras diretamente ligadas aos trabalhadores como a saúde do trabalhador e a importância de debatermos o tema nos locais de trabalho, buscando melhorias no ambiente de trabalho e, consequentemente, melhor qualidade de vida. Nesse bojo estão também a qualificação dos trabalhadores e a necessidade de uma formalização maior dos empregos.

Outra discussão importante diz respeito à agricultura familiar como uma cadeia produtiva estruturante, que possa garantir ao País a soberania alimentar. Há ainda outras questões agregadas como a defesa da Petrobras e do Pré-Sal, enquanto patrimônios públicos, e a necessidade de se criar comitês que defendam esses patrimônios. Portanto, tivemos um congresso com uma carga de conteúdos riquíssima.

Como a CUT tem lidado com suas divergências políticas internas?

Existem opiniões e leituras de cenários diferenciadas, mas quando a CUT sai para a ação, sai unificada. Esse é um elemento muito importante, que torna a CUT uma ferramenta forte. Podemos citar inúmeros exemplos como a campanha pela redução da jornada de

trabalho, a defesa da participação dos trabalhadores nos debates sobre a crise econômica-financeira e o combate à corrupção instalada no Palácio Piratini. Neste último caso, talvez hajam algumas leituras diferenciadas em relação às táticas a serem utilizadas, mas o foco da ação é único: combater um projeto neoliberal, corrupto, autoritário e prepotente que se instalou no atual governo do estado. Obviamente que há opiniões diferenciadas de como combater esse projeto. Há quem entenda que precisamos dialogar e trabalhar mais fortemente na defesa de um projeto de governo que tenha o Estado como indutor do desenvolvimento, com capacidade e potencialidade na construção de políticas públicas de qualidade, que seja capaz de conduzir uma política econômica com distribuição de renda, com desenvolvimento equilibrado, sustentável, com respeito ao meio ambiente. Portanto, contrário ao projeto de governo atual. E nessa construção se colocar o contraponto de um governo que tenha outra visão de Estado. O governo que está hoje no Piratini, além de corrupto, defende o neoliberalismo, o estado mínimo, os grandes blocos econômicos e menos políticas sociais. Esse modelo a CUT repudia de forma unânime.

E com relação à campanha deflagrada pela CUT contra o governo do estado, existe unanimidade?

Quanto à avaliação do governo, sim. Todos acham que está esgotado. Em relação à corrupção, há um grupo que

“Acredito que a CPI é fundamental para limpar essas páginas de corrupção na história do Rio Grande do Sul, encaminhar a punição dos culpados e exigir a devolução do que foi tirado dos cofres públicos”

acha que nós devemos partir em bloco para derrubada do governo Yeda, com pedido de *impeachment*. Mas quando se trata de tática, existe uma visão de construção mais coletiva, mais dialogada com a sociedade, sobre todos esses problemas. E outra que usa muito a mídia como ferramenta para derrubada do governo.

E o senhor, como se define?

Eu acredito que para além de todas as questões já colocadas, a CUT tem que trabalhar e defender um projeto de sociedade que tenha um estado forte, transparente e que ponha um fim na corrupção, tanto nos órgãos estatais quanto nas empresas privadas, onde muitas vezes se originam os atos de corrupção da máquina pública. A instabilidade política que o Rio Grande do Sul vive atualmente, devido aos escândalos de corrupção, é tão grande que há empresas desistindo de se instalar aqui. Com isso estamos deixando de ganhar mais postos de trabalho. As questões sociais estão sempre fora de foco. Por tudo isso, nós, o conjunto de trabalhadores, defendemos que esse governo não tem mais sustentabilidade e que precisa ser deposto. E o único jeito é através do *impeachment*. Para isso há mais de um caminho. Eu defendo hoje, com muita clareza, que o *impeachment* da governadora Yeda passa por uma CPI na Assembleia Legislativa, por uma investigação do Ministério Público e por uma grande mobilização popular. No meu entender, a sociedade precisa se envolver nesse processo, mas temos que trabalhar e andar pelos caminhos legais. E acredito que a CPI é fundamental para limpar essas páginas de corrupção na história do Rio Grande do Sul, encaminhar a punição dos culpados e exigir a devolução do que foi tirado dos cofres públicos.

Causa algum estranhamento grupos de comunicação do RS, que sempre apoiaram governos neoliberais, nos últimos meses passarem a publicar com destaque as notícias dos escândalos que envolvem o governo Yeda Crusius?

A mídia oficial, como um todo, seja ela qual for, tem uma tarefa a cumprir que é de, no mínimo, levar as informações

à sociedade do que está acontecendo. Uma coisa são as matérias informativas e outra são os editoriais. Se a gente prestar atenção nos editoriais, percebe-se que muitas vezes eles não estão alinhados com as notícias que circulam nesses mesmos veículos. Acho que a mídia toda tem que primar pela imparcialidade, pela informação verdadeira. Esse é o dever da imprensa. Mas lamentavelmente hoje temos a mídia constituída como um poder paralelo. Claro que há grupos de comunicação que apoiam o governo Yeda, mas os escândalos de corrupção envolvendo o Piratini chegaram a tal ponto que não dá para esconder, e esses grupos se viram obrigados a divulgar notícias sobre isso. Porque a sociedade cobra dos veículos de comunicação. A diferença está nos editoriais e nos comentários de quem faz a opinião. Se observarmos, vamos perceber que eles continuam apoiando o governo que aí está.

Com relação à recente decisão do STF a favor da não obrigatoriedade do diploma de jornalista para exercer a profissão, a CUT tem uma opinião formada?

Sim. Tanto tem que participou ativamente junto com o Sindicato dos Jornalistas do RS e a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) na luta pela defesa do profissional diplomado, com capacidade de fazer um jornalismo isento. E vamos continuar nessa defesa, porque a batalha ainda não foi vencida. Ainda há espaços para sensibilizar os parlamentares e buscarmos conquistar essa bandeira que, embora seja de uma categoria específica, interessa a toda a sociedade, que quer uma mídia imparcial. E isso só é possível com profissionais da notícia preparados e que não tenham vínculos exclusivamente comerciais. Que possam exercer sua profissão com autonomia e liberdade. A defesa do jornalista diplomado vai muito além de uma defesa de nicho de



mercado, de manutenção das faculdades de jornalismo. É uma defesa de democracia da comunicação.

O senhor acredita que a decisão do STF pode afetar a questão salarial?

Não tenho dúvida que com essa decisão, as relações de trabalho para os jornalistas vão se tornar ainda mais precárias do que são hoje. Com certeza, haverá uma maior exploração e se abrirá uma concorrência entre jornalistas formados e profissionais de outras áreas que provavelmente irão se submeter a trabalhar por salários menores. Além de termos um jornalismo mais midiático e menos profissional. A sociedade perde muito com a desregulamentação da profissão de jornalista. □

“A defesa do jornalista diplomado vai muito além de uma defesa de nicho de mercado, de manutenção das faculdades de jornalismo. É uma defesa de democracia da comunicação. A sociedade perde muito com a desregulamentação da profissão de jornalista”

RS sai na frente e lança Comitê em Defesa do Pré-Sal

A campanha “O Pré-Sal é nosso” ganha ainda mais força com a instalação oficial do “Comitê Gaúcho em Defesa do Pré-Sal”, no dia 15 de julho de 2009, na Assembleia Legislativa do RS.

Integrado por dezenas de associações de classe, sindicatos – entre os quais está a Adufrgs Sindical –, Assembleia Legislativa e Governo do Estado, o Comitê é a primeira organização estadual do País que se propõe a lutar por modificações na lei brasileira para evitar que esta enorme riqueza, recentemente descoberta pela Petrobras, vá parar nos cofres das multinacionais. Para o presidente da Casa, deputado Ivar Pavan (PT), o País vive um momento ímpar para discutir suas riquezas, uma vez que na grande maioria das vezes são as misérias que pautam os debates. Ele consi-

dera a descoberta do pré-sal um marco regulatório na exploração do petróleo e ressaltou que o governo federal precisa do apoio da sociedade para fazer com que essa riqueza natural fique no País e se reverta em benefícios para a Nação. “Os parlamentares vão ouvir as vozes da rua”, disse, referindo-se a possíveis manifestações do povo em defesa da causa. Segundo Pavan, o governo federal já sinalizou que a receita obtida a partir da camada de pré-sal será aplicada em políticas sociais, especialmente nas áreas de saúde e educação. □



Artigo

O Pré-Sal é nosso

por Claudio Scherer

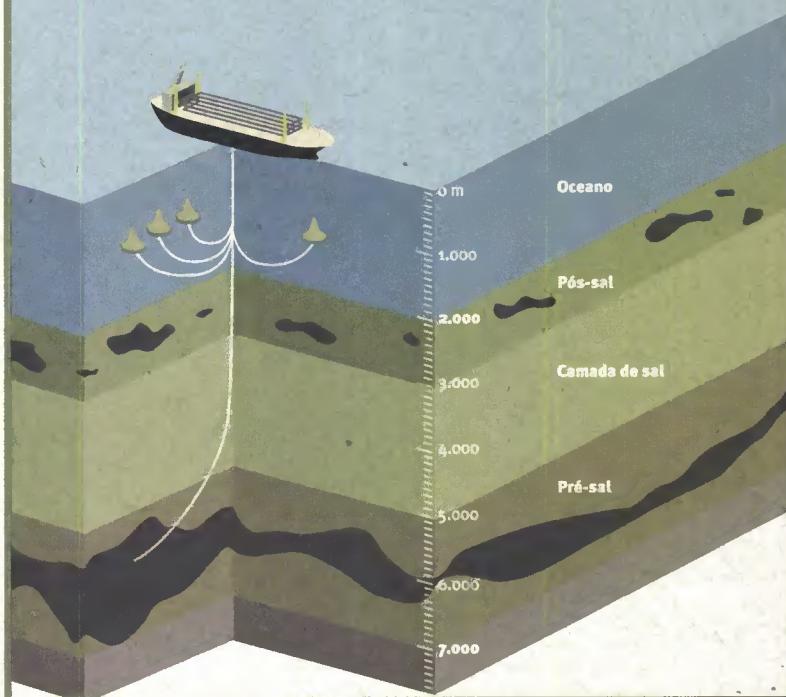
professor aposentado do Instituto de Física
e presidente da Adufrgs Sindical

O Pré-Sal é uma jazida petrolífera com 800 quilômetros de extensão e 200 quilômetros de largura junto à costa brasileira, que se estende do Espírito Santo a Santa Catarina. Chama-se "Pré-Sal" porque, nas eras geológicas, formou-se antes (por isso está abaixo) da formação de uma camada de sal, no fundo do mar, de aproximadamente 2 quilômetros de espessura. Há 160 milhões de anos a África e a América do Sul formavam um único continente, quando uma fissura geológica iniciou o processo de separação. Os rios que desaguavam no novo mar levavam consigo grande quantidade de matéria orgânica que, em milhões de anos, juntou-se a uma grossa camada de sal formada por sedimentação e transformou-se em petróleo. Os continentes continuaram se afastando e levando consigo as faixas ricas em petróleo, uma na costa brasileira e outra na costa da África. A figura mostra, esquematicamente, um perfil da estrutura geológica, desde a superfície do oceano até a camada Pré-Sal.

Estima-se em 1,1 trilhões de barris o petróleo existente nas jazidas petrolíferas conhecidas no mundo. Uma estimativa bastante conservadora atribui ao Pré-Sal brasileiro um volume de 90 bilhões de barris, ou seja, 9% do petróleo mundial. As jazidas brasileiras na camada "Pós-Sal" (convencionais) e terrestres são estimadas em 14 bilhões de barris, ou seja, a descoberta do Pré-Sal multiplica por sete as reservas petrolíferas brasileiras. Considerando reservas por país, o Brasil fica em quarto lugar, atrás apenas da Arábia Saudita, do Irã e do Iraque. Metade da matriz energética mundial é baseada em petróleo (óleo e gás), além de alguns milhares de produtos industrializados que são produzidos a partir do petróleo.

O consumo de petróleo aumenta ano a ano, numa taxa quatro vezes maior que a descoberta de novas jazidas, podendo-se prever que, se não houver uma drástica mudança na voracidade consumista, em poucos anos a produção ficará muito abaixo da demanda. O maior consumidor mundial de petróleo são os Estados Unidos, que consomem 10 bilhões de barris por ano, dos quais 70% são importados, enquanto suas reservas são de apenas 29 bilhões de barris. É preocupante o fato de a 4ª Frota da Marinha Americana ser reativada logo após a descoberta do Pré-Sal e estar visitando a costa brasileira. Com a previsível redução na produção mundial de petróleo e gás natural e o aumento da demanda, os preços, logicamente, aumentarão assustadoramente.

Na década de 1940, os nacionalistas criaram o mote



Divulgação Petrobras

"O petróleo é nosso", e em 1953, no Governo Vargas, foi criada a empresa "Petróleos Brasileiros S.A.", a Petrobras, que, por lei, passou a deter o monopólio para pesquisa, prospecção, extração e refino do petróleo. Em 1997, a lei 9478/97, no governo de Fernando Henrique, terminou com o monopólio da Petrobras, permitindo que empresas estrangeiras prospectem e extraiam petróleo, tendo apenas que pagar taxas à União, que variam conforme o montante extraído (10% a 40%). Atualmente, a média paga pelas empresas é de 18%, muito abaixo da média mundial, que é de 84%. No caso do petróleo do Pré-Sal, embora o custo de extração seja alto, o risco da prospecção é nulo. Nos 11 poços perfurados pela Petrobras até hoje o sucesso atingiu 100%. Ainda no governo Fernando Henrique o mar territorial brasileiro foi dividido em grandes blocos para serem leiloados às empresas que se dispusessem a prospectar petróleo por sua conta e risco (contratos de risco). Recentemente teria havido o 9º leilão, que, felizmente, foi suspenso pelo presidente Lula quando soube da descoberta do Pré-Sal.

Urge, portanto, que a lei seja modificada. É claro que o lobby do capital estrangeiro será muito forte, no sentido de manter os privilégios das empresas. Para contrapô-lo é necessária uma grande mobilização nacional. O povo brasileiro precisa ser conscientizado de que o Pré-Sal é nosso. Diante disso propomos explicitamente que sejam suspensos, definitivamente, os leilões de blocos da plataforma marítima brasileira para prospecção de petróleo; que uma nova lei devolva à Petrobras o monopólio para extração de petróleo e gás natural e que a União recompre as ações da Petrobras que estão em mãos do capital privado, inclusive estrangeiro. **A**

Município do Tocantins lidera ranking de soja e de pobreza

A propaganda do agronegócio associa a expansão acelerada da soja à prosperidade. Mas os fatos não escondem os problemas socioambientais vinculados à atividade. Uma dessas chagas atende pelo nome de Projeto Agrícola Campos Lindos, no Nordeste do Tocantins, a 491 km da capital Palmas (TO). O empreendimento, que em 2009 completou uma década e exporta milhares de toneladas do grão todos os anos, é resultado de dois contestados processos de "titulação" pública, não teve licença ambiental para se instalar, foi palco de trabalho escravo e desalojou famílias tradicionais que hoje padecem com índices vergonhosos de pobreza.

Desde 2005, o município é o campeão estadual de exportações, que se resumem à soja. A cada US\$ 10 exporta-

dos pelo estado de Tocantins, US\$ 8 dizem respeito à soja. Essa "explosão" foi aditivada, em grande medida, pelo Projeto Agrícola Campos Lindos, instalado a partir do final dos anos 1990. Os grãos colhidos na Serra do Centro são escoados predominantemente ao mercado externo pelo Porto de Itaqui, em São Luís (MA). De acordo com dados da Produção Agrícola Municipal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a área plantada do grão em Campos Lindos (TO) saltou de 3,6 mil hectares, em 1999, para 49 mil hectares em 2007. Localidade tem também a maior proporção de pobres de todo o País, segundo pesquisa do IBGE.

Fonte: Repórter Brasil

Ações judiciais estão sendo usadas como forma de censurar blogs

Blogueiros de Porto Alegre vêm sendo alvo de processos judiciais nos últimos meses. O caso mais recente é o do jornalista Wladimir Ungaretti, professor da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). A Justiça determinou que Ungaretti retirasse do blog Ponto de Vista todo conteúdo que pudesse ser considerado ofensivo a um fotógrafo do jornal Zero Hora que é criticado pelo professor. Integrantes do Blog Nova Corja já sofreram três processos de ordem cível e criminal movidos por jornalistas e pelo Banrisul.

No entanto, os processos judiciais se espalham a outros blogs, como o de Milton Ribéiro. Após emitir críticas ao livro *A Casa das Sete Mulheres*, de Letícia Wierzchowski, que deu origem à minissérie da rede Globo, ele foi processado (acusado) por danos morais. Agora, Milton aguarda a réplica dos advogados de Letícia e enfatiza que o que fez foi emitir apenas uma opinião acerca do romance. Para Marco Aurélio Weissheimer, criador do RS Urgente, o blog é um novo espaço para estimular o debate público e que rompe com o monopólio dos grandes veículos de comunicação..

No Brasil, o caso mais polêmico foi o da blogueira do Amapá, Alcineá Cavalcante que foi indiciada pela Polícia Federal por um comentário publicado em seu blog considerado ofensivo ao senador José Sarney (PMDB). Tanto o comentário quanto o blog não estão mais disponíveis. Há poucos meses, o jornalista e blogueiro iraniano Roozbeh Mirebrahimi, foi condenado pela Justiça iraniana a dois anos de prisão e 84 chicotadas, por "propaganda contra o sistema", "difamação do Supremo Líder" e por "perturbar a ordem pública".

Fonte: Agência Chasque

IBGE lança atlas literário sobre sertões brasileiros

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) lançou o segundo volume do Atlas das Representações Literárias de Regiões Brasileiras: os Sertões Brasileiros, com imagens de satélite, fotos e mapas das localidades que serviram de cenário para grandes obras da literatura brasileira. O projeto apresenta a região mediante percepções e impressões de romances que dão visibilidade à cultura e à realidade do povo sertanejo e seu habitat.

Através da obra, o leitor pode conhecer o processo de formação dessa parte do Brasil por meio de fragmentos de obras de escritores como José de Alencar, João Guimarães Rosa, Coelho Netto, Agripa Vasconcelos, Heriberto Sales, Afrânio Peixoto e Ariano Suassuna, entre outros consagrados romancistas que têm o sertão como temática. Os técnicos do IBGE optaram por recortes territoriais com extensões definidas pelas dinâmicas econômica, populacional, cultural e ambiental, dividindo a região em: Sertões do Leste, Sertões do Ouro e Sertões dos Currais, Sertão de Cima e Sertões Nordestinos.

O primeiro volume foi publicado em novembro de 2006 e abordou o Brasil Meridional, com obras literárias como *O Tempo e o Vento*, de Érico Veríssimo, e *Porteira Fechada*, de Cyro Martins. Estão previstos os lançamentos de mais dois volumes do Atlas que serão dedicados à Amazônia e à Costa Brasileira.

Fonte: Agência Brasil

90 milhões caem para pobreza extrema após crise global

O número de pessoas que passam fome pode aumentar em mais de 90 milhões neste ano, segundo relatório da ONU. A causa do que representá um retrocesso de 20 anos de melhora nas condições de vida e declínio da pobreza são a crise global do capitalismo, que diminuiu a liquidez de recursos também para as ajudas internacionais dos países mais ricos. O aumento representa 6% do número de famintos registrados atualmente. A falta de recursos também aumentará as doenças e a agitação social principalmente no hemisfério sul, conforme relatório intitulado "Relatório de Metas de Desenvolvimento do



Milênio", apresentado em Genebra pelo secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-Moon.

Ban Ki-Moon chegou a apelar ao G-8 para ampliar a ajuda financeira aos países africanos no próximo ano. O grupo tem sido questionado por países considerados "em desenvolvimento", principalmente pelo presidente Lula, que chegou a dizer, em viagem à Líbia, que o G-8 "não vale mais" como fórum representativo para discutir a crise. Lula já está se articulando com o presidente francês, Nicolas Sarkozy, para defender conjuntamente o G20 como fórum mais adequado para discutir os rumos da economia global.

Fonte: Revista Fórum

Copa 2014: cidades sede precisam de R\$ 6,7 bi

As cidades sede da Copa de 2014 deverão investir R\$ 6,7 bilhões para oferecer saneamento adequado até a chegada do evento. Dos 12 municípios escolhidos para receberem os jogos, cinco estão com índices de acesso à rede de esgoto abaixo dos 50%. A pesquisa, realizada pelo Instituto Trata Brasil (ITB) e Fundação Getúlio Vargas (FGV), ressalta que, no Brasil, apenas 39% das escolas contam com rede e coleta de esgoto. As duas cidades com melhor cobertura de esgotamento sanitário, nas redes de ensino, são Belo Horizonte (97%) e São Paulo (88,5%). Apesar do desempenho das maiores cidades do País, FGV e ITB acreditam que ainda é possível chegar em 2014 com índices satisfatórios de acesso à rede geral de esgoto. Em 2008, as capitais-sede que mais apresentaram doenças infecciosas e parasitárias em crianças de 1 a 4 anos, por conta da falta de saneamento, foram Fortaleza (18,95%), Recife (16,07%) e Manaus (16,3%) - Rio de Janeiro (3,79%) e São Paulo (3,93%) apresentaram os menores índices.

Fonte: Portal Luis Nassif

Capes lança aplicativo gráfico para consulta única de dados

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) reuniu todos os dados relativos à pós-graduação *stricto sensu* e à formação de professores para a educação básica em um único dispositivo, chamado de GeoCapes. O novo programa começou a operar no dia 31 de julho. Trata-se de um aplicativo gráfico que exibe num cartograma informações quantitativas com precisão geográfica. O sistema acessa nove bases de dados. Apresentado nos modos geográfico e de planilha, o programa oferece informações sobre o número de bolsas de mestrado e doutorado no País, bolsistas no exterior, quantidade de programas da Capes, professores e alunos.

As informações relativas ao País estão consolidadas por unidade da federação. A capacidade de detalhamento permite ainda acessar dados por município e do exterior, agregadas por país. Também estão disponíveis na página do Geocapes, o número de acessos ao Portal de Periódicos e o volume de investimentos da Capes em bolsas e fomento. Dados sobre a distribuição de cursos e polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB) também podem ser pesquisados pelo dispositivo, assim como o próprio Geocapes.

Fonte: Assessoria de Comunicação da Capes



Educação popular, gratuita e de qualidade

Adufrgs Sindical apoia uma iniciativa pioneira do CEUE, que há mais de 40 anos acolhe estudantes carentes em um curso pré-vestibular.

Em agosto o curso Pré-Vestibular Popular do Centro dos Estudantes Universitários de Engenharia (CEUE) realiza seu primeiro vestibular simulado, visando avaliar o aproveitamento dos alunos e, além disso, buscar a melhoria do projeto que, apesar da trajetória cinquentenária, ainda não tem metodologia definida. Jorge Augusto Lemos, coordenador social do cursinho, insatisfeito com o atual índice de aprovação, que atribui ao caráter amadorista da iniciativa, vê a necessidade de profissionalizar o curso, porém mantendo sua autonomia.

Aumentar o número de classificados em vestibulares não será tarefa fácil. O CEUE tem um caráter popular e a maioria dos estudantes apresenta um profundo déficit educacional, pois estão fora das salas de aula há anos e trabalham para seu sustento e de seus familiares. Alto, porém, é o índice de desistência, uma vez que o curso inicia com todas as vagas preenchidas e, no final do primeiro mês, já começa a chamar os que estão na lista de espera devido ao esvaziamento, que ainda perdura ao longo do ano. Muitas vezes, o estudante falta às aulas, ou desiste, simplesmente por não ter dinheiro para pagar a passagem.

Desde que o atual grupo assumiu a coordenação do cursinho, na metade da década, certas mudanças vêm sendo implantadas para solucionar esse problema. Há quatro anos, o processo seletivo passou a incluir uma análise socioeconômica dos candidatos às 260 vagas anuais disponíveis, realizada através de um questionário desenvolvido em parceria com a Secretaria de Assuntos Estudantis. Outras tentativas de melhoria estão sendo feitas sob a coordenação de Natália Agnes de Araújo, estudante de pedagogia da Faculdade Porto Alegre (Fapa).

Recentemente, a iniciativa ganhou respaldo da diretora Denise Carpêna Coitinho Dalmolin e do vice-diretor Carlos Eduardo Pereira, da Escola de Engenharia. De acordo com o vice-diretor, a iniciativa do CEUE cria oportunidades para as pessoas, logo merece todo o apoio

da direção. Por enquanto, o professor Pereira garante uma sala de aula no disputado sétimo andar da faculdade e um retroprojetor. A intenção, todavia, é de comprar um computador e um equipamento multimídia e deixá-los fixos na sala, a fim de que, quando necessário, o material esteja disponível. Mas ele não pode dar prazo para a aquisição dos equipamentos, porque isto depende dos trâmites burocráticos da Universidade.

Os associados da Adufrgs Sindical podem dar sua contribuição

A reputação do Cursinho do CEUE gera uma intensa demanda de alunos, já tendo chegado a mais de mil candidatos. A soma do valor de matrícula e das mensalidades não alcança R\$ 350/ano por aluno, cerca de um terço do que os cursos pré-vestibulares tradicionais cobram por mês.

Nos últimos anos, o número de professores voluntários é estável, próximo a 50, e raramente é necessário recorrer a um substituto para preencher a grade de disciplinas, o que garante uma relativa tranquilidade para o funcionamento do curso. Todos os professores têm muito boa vontade e a sua baixa faixa etária os aproxima dos vestibulandos, como afirma Rita, uma estudante

de 29 anos, que quer ser cientista social. Segundo ela, entre professor e aluno, há uma grande afinidade na linguagem empregada, o que assegura um bom entendimento, tanto na aquisição do conhecimento como também no relacionamento entre eles. Apesar disto, o corpo docente continua sendo uma das maiores preocupações dos organizadores, porque a maioria dos professores são alunos de graduação e aprendem na prática a solucionar os problemas didáticos que aparecem. Como nenhum professor voluntário cursou ou cursa licenciatura, têm ocorrido alguns casos de falta de preparo especializado nesta área. Por isso, os coordenadores do



Formatura da alfabetização de adultos em 1963

curso Pré-Vestibular Popular do Centro dos Estudantes Universitários de Engenharia solicitaram à Adufrgs Sindical auxílio na formação dos docentes. Acreditam que os professores, principalmente os aposentados, poderiam dar inestimável contribuição para a melhoria da qualidade do curso. Conforme aponta Guilherme Argenta, estudante de física e auxiliar administrativo do CEUE, a ideia é construir um conhecimento e coletivizar o debate sobre os métodos didáticos empregados.

Outro ponto urgente na lista de melhorias do projeto é a criação de aulas de apoio e oficinas específicas, aos sábados e domingos, e, para tal, necessita-se de espaço físico, já que a Universidade fecha as portas aos finais de semana. Jorge Augusto Lemos afirma que existe uma demanda de alunos e de professores, mas não há recursos para locar um espaço, pois a verba de que eles dispõem é pequena. Os R\$ 30 de matrícula e uma mensalidade do mesmo valor é toda a verba que possuem para pagar a conta de telefone, a impressão de apostilas e folhas de redação, e ainda dois bolsistas, um para o turno da tarde e outro para a noite. Além disso, mesmo sendo uma mensalidade exígua, muitos alunos não conseguem manter o pagamento em dia, o que faz com que a coordenação busque alternativas para cobrir esse déficit. Mas ninguém é afastado do curso por inadimplência, conforme afirma Lemos.

Trajetória cinquentenária

Não se sabe com certeza há quanto tempo existe o Cursinho do CEUE, mas é certo que ele foi pioneiro em Porto Alegre. De acordo com o coordenador, calcula-se que ele tenha cerca de 50 anos. Atualmente, é bastante comum ver cartazes e faixas de cursinhos populares nos campi da Ufrgs e de outras universidades. Entretanto, o do CEUE continua tendo uma característica que o torna único: nunca se desvincilhou do diretório acadêmico pelo qual foi criado, continuando sob sua tutela e coordenação.

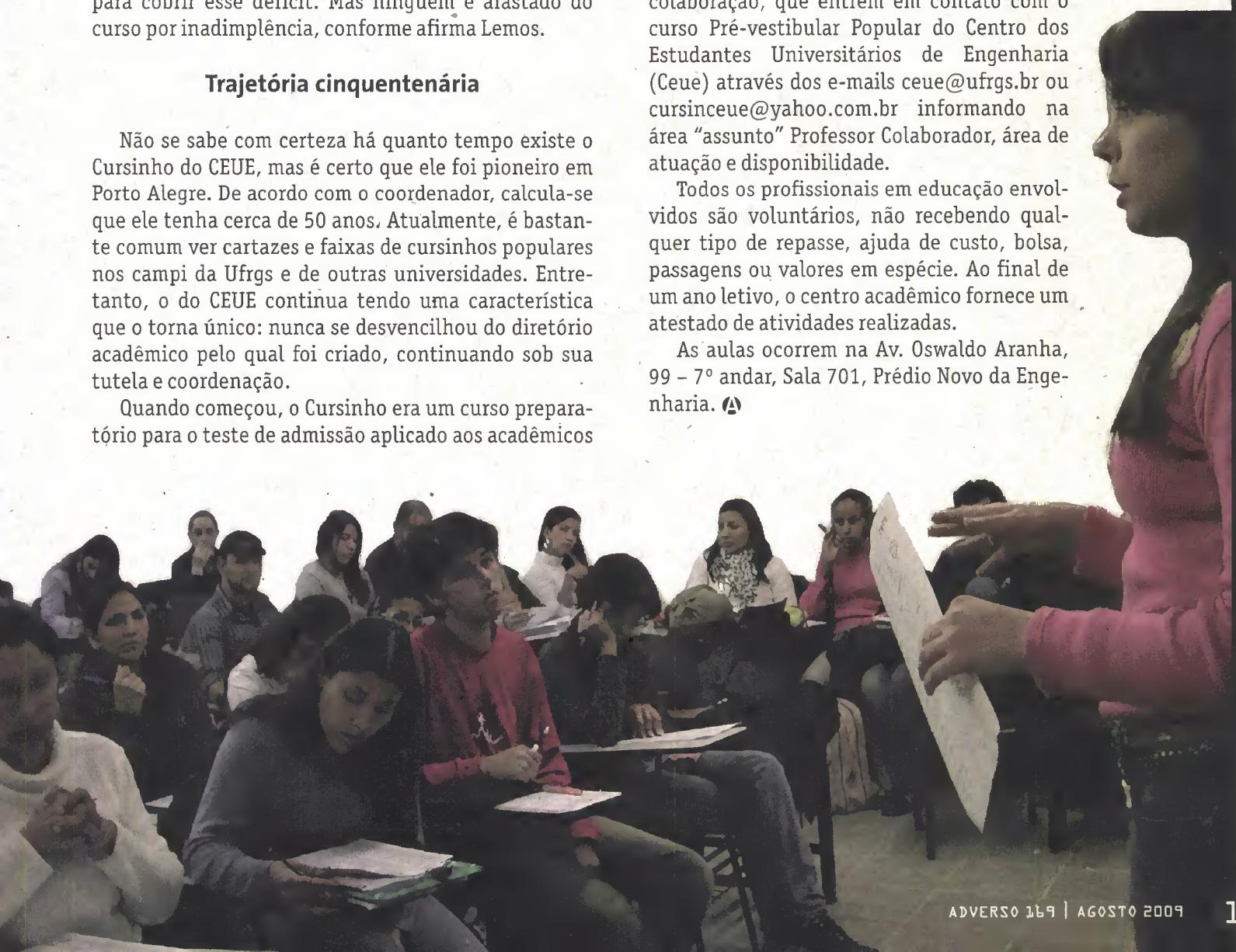
Quando começou, o Cursinho era um curso preparatório para o teste de admissão aplicado aos acadêmicos

de engenharia. Como a exigência era alta, os próprios veteranos organizavam aulas de matemática, física, química e geometria descritiva. Com o passar do tempo, foram introduzidas outras disciplinas e, hoje em dia, o pré-vestibular do CEUE é um dos mais procurados por alunos carentes que desejam ingressar na Universidade. "Já fiz outro curso popular, mas desde a primeira aula aqui eu percebi que tinha um nível mais alto", afirma Lucilene Rodrigues de Carvalho, que antes da matrícula já tinha ouvido falar na fama do Cursinho. Leandro Ravel de Freitas Ventura concorda. Afinal, foi graças à qualidade do ensino do CEUE que ele conquistou uma vaga no curso de Psicologia da Ufrgs. Segundo este aluno, há um enfoque totalmente adaptado às exigências do vestibular da Ufrgs e um profundo comprometimento com o aluno. Opinião unânime dos muitos estudantes entrevistados é o fato das aulas serem dentro da Universidade, o que para eles exerce uma grande força motivadora.

A diretoria da Adufrgs Sindical conheceu o trabalho voluntário desenvolvido pelo CEUE, sua natureza, seus objetivos e suas carências, e decidiu dar apoio a esta atividade. Por isso, faz este relato a seus associados e informa aos interessados em propiciar orientação pedagógica aos atuais professores, ou alguma outra colaboração, que entrem em contato com o curso Pré-vestibular Popular do Centro dos Estudantes Universitários de Engenharia (Ceue) através dos e-mails ceue@ufrgs.br ou cursinceue@yahoo.com.br informando na área "assunto" Professor Colaborador, área de atuação e disponibilidade.

Todos os profissionais em educação envolvidos são voluntários, não recebendo qualquer tipo de repasse, ajuda de custo, bolsa, passagens ou valores em espécie. Ao final de um ano letivo, o centro acadêmico fornece um atestado de atividades realizadas.

As aulas ocorrem na Av. Oswaldo Aranha, 99 – 7º andar, Sala 701, Prédio Novo da Engenharia. 



Plano de Saúde

Comissão de Usuários garante vantagens junto à Unimed

O plano de saúde utilizado pelos docentes da Ufrgs tem sido tema de assembleias consecutivas nos últimos anos. Mesmo enfrentando um histórico de eventuais instabilidades, o plano Unimed/Ufrgs continua garantindo a cobertura médica suplementar. Agora, com a data de 31 de julho de 2010 como prazo irrevogável para uma decisão permanente sobre o plano que será adotado em definitivo, a Comissão de Usuários do plano Unimed/Ufrgs apresenta conquistas obtidas no processo de negociação com a prestadora de serviço e pretende seguir na mesa de negociação. Em um ano, o plano terá que estar de acordo com as normas estabelecidas pela portaria normativa que regulamenta a saúde suplementar dentro da Política Nacional de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal.

por Clarissa Pont

A luta por uma lei específica para regulamentar os planos e seguros de saúde para todos os cidadãos é antiga. Desde a década de 80, quando os contratos eram escritos em traiçoeiras letras minúsculas, os consumidores já reclamavam nos órgãos de defesa do consumidor, especialmente nos Procons, sobre os abusos praticados pelas operadoras de planos ou seguros privados de assistência à saúde. Em junho de 1998, o ordenamento jurídico brasileiro ganhou uma lei específica para regulamentar os planos e seguros privados de assistência à saúde. Foi a partir desta lei que houve a divisão entre os contratos antigos não regulamentados, e os contratos novos já celebrados em conformidade com a nova lei.

Dez anos depois, o Encontro Nacional de Saúde Suplementar, realizado pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SRH/MPOG), tentava demarcar e ampliar o debate sobre a saúde suplementar como parte integrante da Política Nacional de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal. A partir daí foi criada uma portaria normativa para estabelecer regras mais claras para a saúde complementar do servidor público federal. As cinco opções estabelecidas na época, que servem de parâmetro para a decisão que a Ufrgs terá de tomar até 31 de julho do próximo ano, foram: SUS, convênio, contrato, serviço prestado pelo próprio órgão ou auxílio, de um determinado valor para cada servidor e seus dependentes legais, a ser resarcido pelo

governo mediante comprovação de adesão a plano de saúde.

Embora a legislação estabelecesse o SUS como primeira opção de assistência à saúde, a maioria dos órgãos públicos federais optou por conceder benefício financeiro para o custeio parcial de planos de saúde com operadoras de autogestão, por meio de convênios, ou com a iniciativa privada, por meio de contratos. Alguns poucos órgãos optaram por receber benefício para o custeio de serviço prestado diretamente pelo órgão e outros optaram por promover o auxílio indenizatório, através do ressarcimento.

No caso da Ufrgs, o SUS, o auxílio e a prestação de serviço pela própria Universidade, através do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), foram descartados, este último pelo fato da Universidade não dispor da infraestrutura necessária. Vale salientar que diferente de outros hospitais universitários, o HCPA é uma empresa pública sem qualquer vinculação jurídica com a Ufrgs. A decisão dos servidores, obtida em consulta eletrônica, manteve o perfil nacional. O plano Unimed/Ufrgs, que continua prestando serviço aos usuários, teve apenas algumas alterações depois de assembleia realizada no dia 22 de julho. A Comissão de Usuários conseguiu anular o percentual de 4,4% de reajuste, além da correção inflacionária, e a redução do valor de participação de consulta (de R\$ 20 para R\$ 18), propostas pela Unimed para cobrir o déficit causado

pelo uso intensivo nos últimos meses (veja quadro).

Quanto ao Plano Unifácil, apresentado pela Unimed como opção ao atual plano, a Comissão obteve sucesso na negociação em relação à isenção de pagamento de taxa de inscrição e à redução do valor de participação de consulta (de R\$ 20 para R\$ 18). Como há outros pontos da proposta que precisam ser melhorados a favor dos usuários, a assembleia do dia 22 de julho deliberou pela continuidade das negociações através da Comissão. A meta agora é obter integralidade da cobertura em exames e isenção de pagamento de taxas em caso de internação.

Vale lembrar que os contratos de planos de saúde configuram-se como uma relação de consumo, portanto os consumidores estão protegidos pelo Código de Defesa do Consumidor. "De qualquer forma, é fundamental o uso consciente do plano de saúde, para o bem de todos", observa Eduardo Rolim de Oliveira, membro da Comissão. "Os segurados devem entender que este é um plano de saúde fechado, por isso temos que ser solidários uns com os outros. Existe uma lógica de mercado, havendo déficit em um período, este é repassado em aumento na mensalidade do período seguinte. É verdade que as operadoras esquemam os momentos em que tiveram superávit nas contas, mas é importante saber que somos usuários do mesmo grupo, por isso o uso consciente é tão importante", sublinha.

O alerta de Rolim se refere principalmente aos problemas pelos quais o plano utilizado pelos docentes da Ufrgs passou até 2005, com desequilíbrio das contas. A partir daquele ano, foi acordada a co-participação para manter o equilíbrio financeiro. Para Lúcio Hagemann, atual

coordenador da Comissão, a batalha agora é pela auditoria das contas, já que até agora os números sobre os quais a Comissão se debruça para avaliar as condições do plano são fornecidos pela Unimed. "É fundamental que a gente comece a auditar tais informações", grifou Hagemann.

Em assembleia realizada no dia 8 de julho, os servidores tiveram a confirmação de que continuariam com a cobertura do atual Plano Unimed/Ufrgs – assim como seus dependentes e agregados – até que a Universidade consiga atender à portaria normativa. Na ocasião, Júlio Wilasco, superintendente de Marketing da Unimed/Porto Alegre, apresentou a proposta de reajuste que foi negociada pela Comissão até garantir percentuais mais justos. Segundo dados da operadora, houve uma intensa procura de atendimento no último semestre, o que teria gerado um déficit de cerca de R\$ 1 milhão no plano. ►



Proposta da Unimed

Reajuste de 13,33%, sendo 8,93% a título de reposição da inflação do período e 4,4% para cobrir o déficit gerado com o aumento da demanda nos últimos meses.

Aumento na co-participação de R\$ 16 para R\$ 20 por consulta.

Para o Plano Unifácil (nova modalidade que será oferecida) a Unimed propôs pagamento de taxa de adesão e valor de R\$ 20 por consulta na co-participação.

Conquistas da Comissão de Usuários

Eliminação dos 4,4%, ficando o reajuste acertado em 8,93% para repor a inflação.

Redução do aumento na co-participação de R\$ 20 para R\$ 18, por consulta.

Isenção da taxa de adesão e redução de R\$ 20 para R\$ 18, por consulta na co-participação.

A Diretoria da Adufrgs Sindical reafirma o compromisso da entidade de buscar as melhores condições no estabelecimento de um Plano de Saúde para seus associados. Para isso, continuará participando das negociações junto à Ufrgs. Ao mesmo tempo, está trabalhando em busca de condições adequadas para a contratação de um Plano, que proporcione cobertura de saúde aos professores do IF-RS/Porto Alegre, da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) e àqueles da Ufrgs que por este optarem.

Abertas novas adesões

Até o dia 1º de outubro de 2009, servidores, professores e seus dependentes legais (conforme declaração de Imposto de Renda), podem aderir ao atual plano de saúde Unimed/Ufrgs. Os atuais usuários não necessitam fazer recadastramento, podendo também incluir no plano seus dependentes legais. O encaminhamento de processo de ressarcimento deverá ser feito na Progesp. A decisão foi tomada em reunião conjunta, no dia 31 de julho, entre representantes da Administração Central da Ufrgs (Pró-Reitor e Vice-Pró-Reitora de Gestão de Pessoas, Maurício Viégas e Vânia Pereira), da Adufrgs Sindical (Eduardo Rolim de Oliveira e Maria Cristina Martins), da Comissão de Usuários (Rui Muniz) e da Unimed (Eduardo Madeira e Júlio Wilasco). A adesão deverá ser feita na sede da Unimed Porto Alegre, situada na Avenida Venâncio Aires, 1040. Para a nova modalidade do Plano de saúde – o Unifácil – que é uma alternativa, ao plano atual, a abertura de novas adesões está prevista para 10 de agosto, quando a Comissão, em conjunto com a Progesp e a Unimed, divulgará o local de inscrição, orientações e procedimentos para a adesão e o encaminhamento de processo de ressarcimento na Progesp.

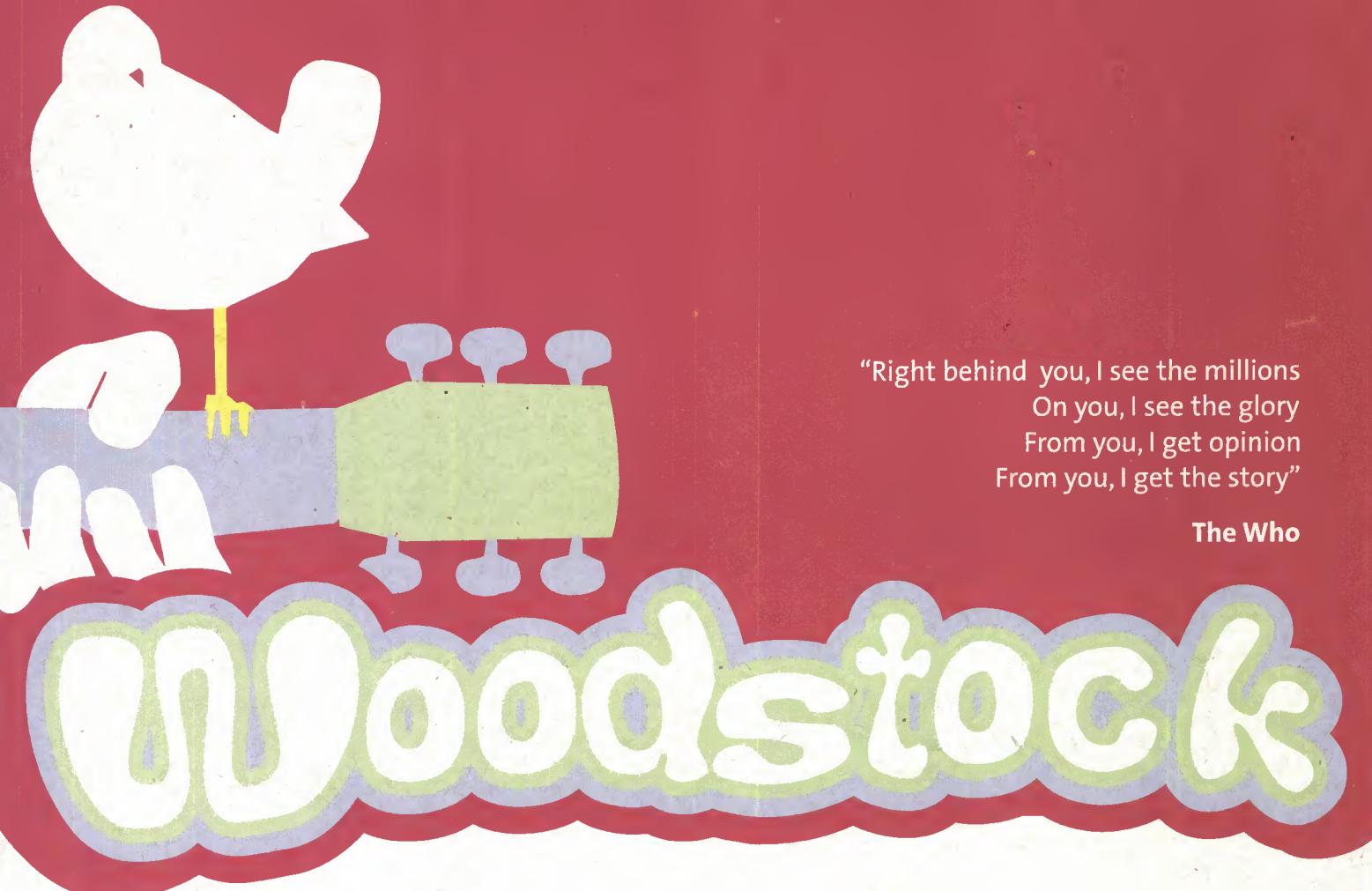
As carteirinhas serão enviadas para o endereço que está no cadastro do usuário. Qualquer dúvida entrar em contato com a Comissão de Usuários através do (51) 3308.3179, das 13hs às 17hs, ou com a Unimed pelo 0800 510 46 46. 

Por que um sistema de atenção à saúde suplementar do servidor federal?

Ao longo dos últimos anos, o Governo Federal tem apresentado esforços para tratar das questões referentes à política de saúde dos servidores, como forma de legitimar relações de trabalho mais justas e equânimes, com base na proporcionalidade das garantias fundamentais. Em 2003 foi criada a Coordenação-Geral de Seguridade Social e Benefícios do Servidor e, em 2006, o Sistema de Saúde Ocupacional do Servidor Público Federal (Sisosp) junto à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que se constituíram nos marcos iniciais dessa iniciativa.

No que se refere à saúde complementar dos servidores públicos, são observados os mais diversos patamares: órgãos sem qualquer atuação na área de saúde, outros que desenvolvem algumas ações com limitações de recursos, órgãos com serviços bem estruturados, porém sem utilização plena de seus recursos, e, excepcionalmente, serviços com padrões de excelência na área de perícia, promoção e assistência à saúde do servidor. A ausência de uma política nacional causa distorções na concessão de benefícios relacionados à saúde do servidor público federal, como no plano de assistência médico-odontológica. Existem desde órgãos que ainda não concedem este benefício aos servidores até órgãos que praticam um valor *per capita* em descompasso com a previsão orçamentária.





"Right behind you, I see the millions
On you, I see the glory
From you, I get opinion
From you, I get the story"

The Who

Três dias que abalaram o mundo

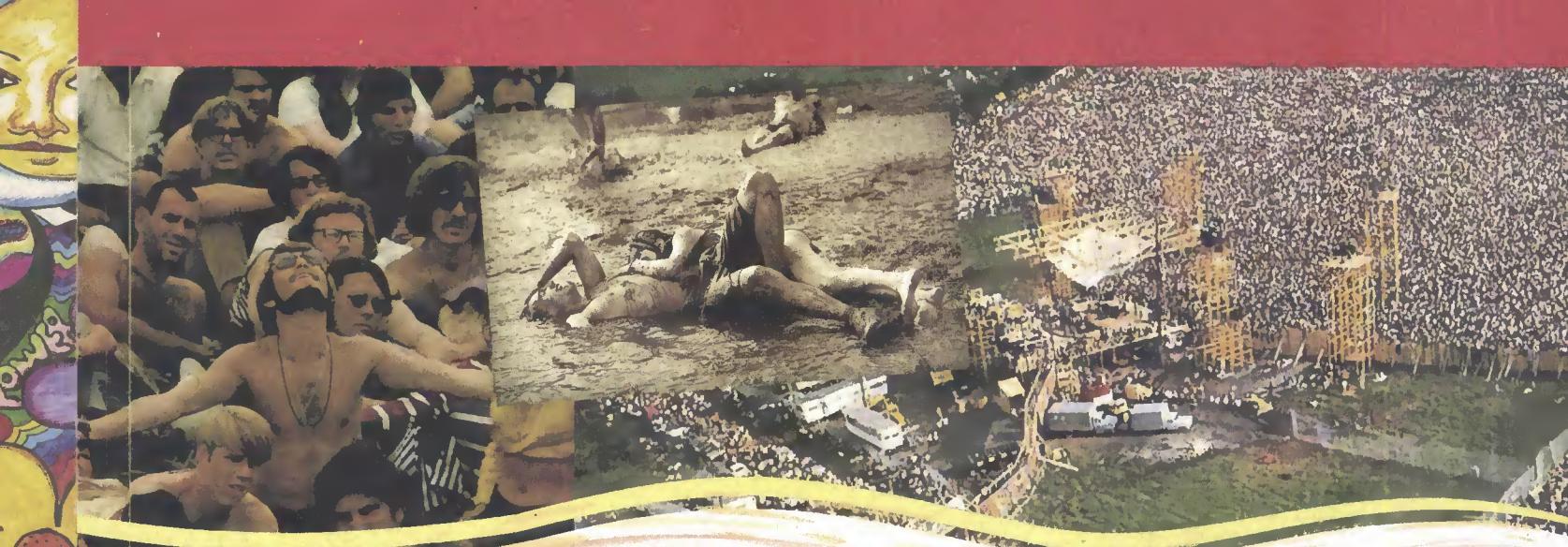
por Robson de Freitas Pereira

psicanalista, membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (Appoa)

Em agosto de 1969, durante três dias, mais de 500 mil pessoas se reuniram para um acontecimento que marcou época e cujos efeitos podem ser verificados até hoje. O evento surpreendeu a todos: ao contrário do que previam os mais pessimistas, a tragédia anunciada nunca aconteceu. Os organizadores, que esperavam no máximo umas 150 mil pessoas, foram surpreendidos quando o número mais do que triplicou. Apesar da infraestrutura precária, do mau tempo, das dificuldades de acesso, o Woodstock transformou-se numa referência. Localmente, pela cobertura de imprensa e o testemunho dos que estiveram lá. Mundialmente, quando do lançamento do documentário e da trilha sonora. Primeiro evento cuja significação foi criada a partir do som e da imagem colocados a serviço do registro de uma época, com toda a sua complexidade e controvérsias. Passados 40 anos dos "três dias de paz e música" parece interessante investigar o que foi uma novidade, como foi capturado o espírito de um tempo e quais os temas que ainda permanecem atuais.

Inicialmente, o festival estava pensado para se realizar na comunidade de Woodstock, lugar de longa tradição com as artes desde o início do século 20. Tanto que seu nome oficial era "Feira de artes e música de Woodstock". Por dificuldades junto às autoridades locais, não foi possível. Os organizadores, ajudados pelo jovem Elliot Tiber, conseguiram localizá-lo na fazenda de Max Yasgur, cidade de Bethel,

Estado de Nova York. Assim, "com ajuda dos amigos", a partir dos dias 15, 16 e 17 de agosto de 1969, Woodstock transformou-se na síntese de um momento da história dos Estados Unidos e da cultura ocidental. Auge da contracultura e começo do "dream is over". Como todo acontecimento surpreendente, seu impacto está imerso em surpresas agradáveis e críticas ferozes. O número de publicações tentando dar conta de sua complexidade é grande. Só em 2009, podemos relacionar relatos de quem esteve lá anonimamente como "Woodstock Revisited", de Susan Reynolds – onde 50 depoimentos falam da experiência de participação no festival e o efeito que teve em suas vidas – e o trabalho jornalístico de Peter Fornatale, "Back to the garden", (citação da letra de Joni Mitchell), recém lançado no Brasil com o nome "Woodstock – o festival dia a dia". Além destes, temos as memórias de Michael Lang, um dos idealizadores e principais organizadores que tenta dar conta do que eles nem imaginavam provocar em "Road to Woodstock". Entre as contribuições acadêmicas, vale citar o simpósio universitário em Surrey (Inglaterra) – "Remembering Woodstock", organizado pelo professor Andy Bennett, que reuniu especialistas nos campos da sociologia, análise de mídia e estudos sobre música popular, para discutir aspectos da indústria musical desde o festival, a cobertura de mídia (TV e Jornais) e da nostalgia dos anos



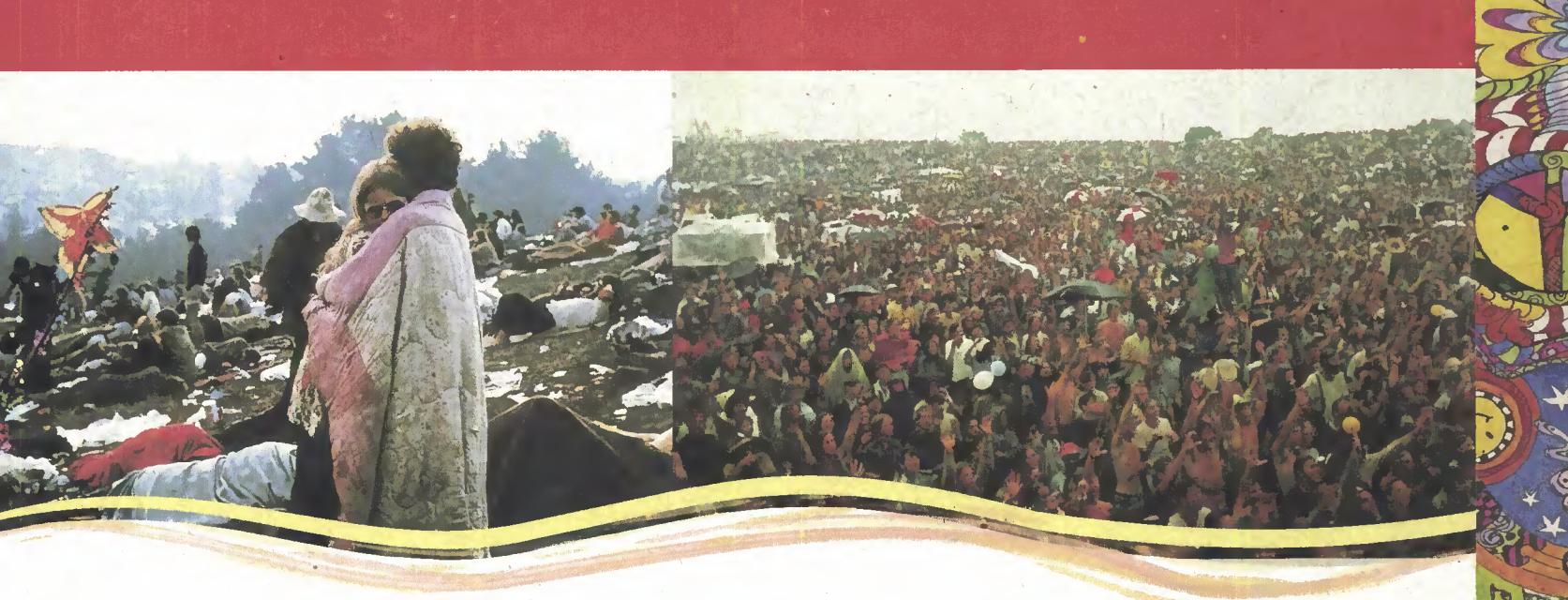
60 criada em torno de Woodstock. Nesta discussão, Bennett contou com a colaboração de Country Joe MacDonald, único artista que apareceu duas vezes no documentário. Uma delas, merecendo legendas para que a plateia dos cinemas pudesse cantar junto: "...1,2,3 what we fight for? Don't ask me I don't give a damn. Next stop is Vietnam".

No final dos anos 60, as condições estavam todas lançadas. A mobilização pelos direitos civis e igualdade conquistava espaços, culminando com a Lei de 1964 que terminava oficialmente com a discriminação racial. O movimento hippie, oriundo de San Francisco e diversas comunidades espalhadas pelo país, ainda estava presente (duas delas foram ativas para organizar a alimentação e abrigo em Woodstock). Junte-se a isto, as repercussões de Maio de 1968 em todos os cantos do planeta, a Guerra do Vietnã e os assassinatos de Martin Luther King e Bob Kennedy. As situações contraditórias eram evidentes: em 1969 o homem pisava na Lua e, simultaneamente, os jovens norte-americanos e de outras partes do mundo queriam retomar suas raízes valorizando a ecologia, a literatura e a música negra. Uma geração inteira, não estava mais disposta a sustentar os ideais que os lançavam numa guerra fria que incluía "lutar contra o comunismo" na Coreia e no Vietnã. Os rapazes queimavam os papéis de convocatória do serviço militar – arriscando-se à prisão ou ao exílio, e as moças protestavam contra os padrões repressivos que exigiam comportamentos de mãe e dona de casa exemplar. A expressão da sexualidade e a vida em comunidade subvertiam a moral da época. Assim como assumir valores e

práticas trazidos do oriente, como Yoga, meditação, a comida natural e, além disto, as drogas como um fator de expansão da mente, também ajudavam a compor uma forma diferente de protestar e desejar uma outra forma de vivenciar a sociabilidade.

O festival de Woodstock sintetizou tudo. Colocou lado a lado pacifistas e militaristas; *hippies* e comerciantes, caretas e *junkies* numa mescla impensável e que, contra todas as previsões, não se transformou num caos. O funcionário responsável pela limpeza dos banheiros químicos deu uma declaração exemplar: "Tenho um filhão aqui e outro no Vietnã. Estou feliz por fazer isto por estes garotos". Até o teste da chuva e da lama que encharcou sacos de dormir se transformou em ocasião lúdica. Esta foi uma das novidades: 500 mil pessoas se reuniram num lugar com infraestrutura precária durante três dias, solidariamente, sem tragédia.

Para sua repercussão, dois fatores foram fundamentais: a música e o filme. Eles possibilitaram que as imagens e o pensamento da "nação Woodstock" influenciassem o mundo. O álbum triplo(!) de vinil chegou um pouco antes do filme. O documentário chegou logo depois. Dirigido por Michael Wadleigh com uma equipe que, entre outros, incluía o jovem assistente de direção Martin Scorsese e a montadora Thelma Schoonmaker, transformou-se em referência desde então. Os cortes, a divisão da tela em imagens simultâneas e a edição cuidadosa das entrevistas fizeram com que as canções se transformassem em hinos e os testemunhos numa maneira de documentar o espírito de uma época. A performance de grupos como "The Who" – com Roger Daltrey cantando "see me, feel me, touch me, heal me...", iluminado pela luz do amanhecer e Pete Townshend quebrando a guitarra. "Santana" fazendo conhecido seu "Soul Sacrifice", além de Janis Joplin, Jimi Hendrix e Joe Cocker reinventando "with a little help from my friends", dos Beatles, ainda hoje é lembrada como um tempo no qual, além do consumo, a música veiculava uma forma de pensamento.



No Brasil, onde no início dos anos 60 já havia uma valorização da música popular e em 67 a Tropicália participava dos grandes Festivais com uma estética que unia o samba ao rock – enfrentando a dicotomia entre “engajados e alienados” –, um regime militar vigente recrudescia sua força. Assim, a irreverência da música, o colorido das roupas e o comprimento dos cabelos transformaram-se em protesto. O exercício da sexualidade também. Atualmente, as controvérsias seguem, parece apenas haver um ponto de concordância: as drogas hoje não têm qualquer função de “expandir consciências”, ao contrário, é só uma forma de gozo imediato. Há quem não veja nada interessante naquela estética e acredita que Woodstock foi “uma praga que veio para ficar”. Mas há quem afirme que ali se inventou uma forma diferente de fazer política que está presente na queda

do Muro de Berlim, na libertação de Nelson Mandela, no Fórum Social Mundial e na massa que se reúne em grandes concertos contra a violência, pela preservação da Terra ou só para se divertir. O relançamento do documentário, com apresentações não inseridas no filme original e entrevistas com os personagens remanescentes e, mesmo filmes novos sobre o evento (“Taking Woodstock”, de Ang Lee, baseado no livro de Elliot Tiber) podem instigar as discussões. Com todas suas contradições, melhorou nossa vida e nossa cultura? Apenas nostalgia, ou uma maneira de inventar o futuro e dizer que a vida vale a pena se a alma não é pequena? Certas conquistas não são medidas pelos índices “nasdaq” e necessitam da responsabilidade, de cada um e de muitos, renovada cotidianamente, nos pequenos gestos, nas pequenas coisas. A



WOODSTOCK
40 anos depois

Debate sobre o filme “Woodstock: 3 Dias de Paz, Amor e Música”, de Michael Wadleigh

21 de agosto, 18 horas, na sede da Appoa
Rua Faria Santos, 258, Petrópolis

Entrada Franca

Em novembro, psicanalistas membros da Appoa participam de várias atividades comemorativas aos 40 anos de Woodstock, junto à Feira do Livro, ao Santander Cultural e ao Departamento de Difusão Cultural da Pró-Reitoria de Extensão da Ufrgs.

Abril

contabilidade e assessoria

SINDICATO DOS PROFESSORES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DE PORTO ALEGRE ADUFGRS-SINDICAL
CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64

BALANÇETES – VALORES MENSais - 2009

RUBRICAS / MESES	ABR
ATIVO	4.399.254,94
FINANCEIRO	4.171.821,42
DISPONÍVEL	1.627.952,24
CAIXA	3.084,55
BANCOS	3.560,38
APLICAÇÕES C/LIQUIDEZ IMEDIATA	1.621.307,31
REALIZÁVEL	2.543.869,18
APLICAÇÕES FINANCEIRAS A CURTO PRAZO	2.491.627,38
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.491.627,38
ADIANTAMENTOS	7.527,26
ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS	7.417,26
ADIANTAMENTOS DIVERSOS	110,00
OUTROS CRÉDITOS	14.466,87
OUTROS DEVEDORES OU CRÉDITOS	14.466,87
DESPESAS DE EXERCÍCIOS SEGUINtes	345,30
PREMIOS DE SEGURO A VENCER	345,30
ESTOQUES ALMOXARIFADO	29.902,37
ATLAS AMBIENTAL	29.902,37
NÃO FINANCEIRO	227.433,52
IMOBILIZADO	216.204,54
BENS IMÓVEIS	258.103,71
BENS MÓVEIS	151.280,58
(-DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	(193.179,75)
INTANGIVEL	11.228,98
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	12.071,48
BENFEITORIAS EM BENS DE TERCEIROS	16.425,74
(-AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	(17.268,24)
PASSIVO	4.128.657,36
PASSIVO FINANCEIRO	42.369,35
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	9.462,37
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	8.681,37
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	781,00
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	32.906,98
PROVISÕES P/ENCARGOS C/PESSOAL	32.906,98
SALDO PATRIMONIAL	4.086.288,01
ATIVO LÍQUIDO REAL	3.668.499,67
SUPERAVIT ACUMULADO	417.788,34

SINDICATO DOS PROFESSORES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DE PORTO ALEGRE ADUFGRS-SINDICAL

FOLHA 2

RUBRICAS / MESES	ABR	ACUMULADO
RECEITAS	225.341,60	823.682,50
RECEITAS CORRENTES	189.469,85	670.655,11
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	189.469,85	670.655,11
RECEITAS PATRIMONIAIS	33.721,93	140.526,86
RECEITAS FINANCEIRAS	33.628,31	140.252,62
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS	93,62	274,24
RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICAIS	0,00	5.263,21
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS	0,00	5.263,21
OUTRAS RECEITAS	2.149,82	7.237,32
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	2.149,82	7.237,32
DESPESAS	133.697,65	553.084,92
DESPESAS CORRENTES	133.697,65	553.084,92
DESPESAS COM CUSTEIO	43.084,81	212.206,71
DESPESAS COM PESSOAL	20.243,83	137.427,80
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	4.808,20	19.161,50
DESPESAS DE EXPEDIENTE	9.508,31	17.833,98
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	0,00	479,62
SERVIÇOS DE TERCEIROS	5.018,11	23.330,99
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	897,39	3.317,94
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	1.589,04	6.354,11
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	820,73	3.584,68
ENCARGOS FINANCEIROS	199,20	716,09
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICAIS	61.814,89	245.284,96
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	1.125,19	5.393,34
DESPESAS COM VEICULAÇÃO	4.379,20	4.379,20
DESPESAS COM VIAGENS	17.953,59	57.746,66
DESPESAS COM ATIVIDADES SÓCIO-CULTURAIS	3.282,00	12.356,58
DESPESAS C/ATIVID. POLÍTICO-ASSOCIATIVA	1.855,95	8.381,48
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES	21.653,96	106.112,70
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS	8.165,00	12.315,00
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICAIS	3.400,00	38.600,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	28.797,95	95.593,25
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT	11.097,19	36.374,23
CONTRIBUIÇÕES PARA O PROIFES	17.700,76	59.219,02
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	91.643,95	270.597,58
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	270.597,58	270.597,58

CLÁUDIO SCHERER
Presidente

NINO H. FERREIRA DA SILVA
Contador - CRC-RS 14.418

Maio

contabilidade e assessoria

SINDICATO DOS PROFESSORES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DE PORTO ALEGRE ADUFGRS-SINDICAL
CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64

BALANÇETES – VALORES MENSais - 2009

RUBRICAS / MESES	MAI
ATIVO	4.468.365,86
FINANCEIRO	4.242.521,23
DISPONÍVEL	1.669.785,59
CAIXA	1.871,74
BANCOS	3.537,38
APLICAÇÕES C/LIQUIDEZ IMEDIATA	1.664.376,47
REALIZÁVEL	2.572.735,64
APLICAÇÕES FINANCEIRAS A CURTO PRAZO	2.530.560,34
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.530.560,34
ADIANTAMENTOS	7.417,26
ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS	7.417,26
OUTROS CRÉDITOS	4.720,39
OUTROS DEVEDORES OU CRÉDITOS	4.720,39
DESPESAS DE EXERCÍCIOS SEGUINtes	172,66
PREMIOS DE SEGURO A VENCER	172,66
ESTOQUES ALMOXARIFADO	29.864,99
ATLAS AMBIENTAL	29.864,99
NÃO FINANCEIRO	225.844,63
IMOBILIZADO	214.785,47
BENS IMÓVEIS	258.103,71
BENS MÓVEIS	151.280,58
(-DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	(194.598,82)
INTANGIVEL	11.059,16
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	12.071,48
BENFEITORIAS EM BENS DE TERCEIROS	16.425,74
(-AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	(17.438,06)

PASSIVO	4.126.703,29
PASSIVO FINANCEIRO	40.415,28
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	10.373,85
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	9.543,85
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	830,00
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	30.041,43
PROVISÕES P/ENCARGOS C/PESSOAL	30.041,43
SALDO PATRIMONIAL	4.086.288,01
ATIVO LÍQUIDO REAL	3.668.499,67
SUPERAVIT ACUMULADO	417.788,34

SINDICATO DOS PROFESSORES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DE PORTO ALEGRE ADUFGRS-SINDICAL

FOLHA 2

RUBRICAS / MESES	MAI	ACUMULADO
RECEITAS	224.127,76	1.047.810,26
RECEITAS CORRENTES	189.445,24	860.100,35
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	189.445,24	860.100,35
RECEITAS PATRIMONIAIS	32.840,52	173.367,38
RECEITAS FINANCEIRAS	32.766,80	173.019,42
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS	73,72	347,96
RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICAIS	0,00	5.263,21
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS	0,00	5.263,21
OUTRAS RECEITAS	1.842,00	9.079,32
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	1.842,00	9.079,32
DESPESAS	153.062,77	706.147,69
DESPESAS CORRENTES	153.062,77	706.147,69
DESPESAS COM CUSTEIO	42.987,47	255.194,18
DESPESAS COM PESSOAL	23.714,26	161.142,06
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	5.197,26	24.358,76
DESPESAS DE EXPEDIENTE	3.312,49	21.146,47
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	662,57	1.142,19
SERVIÇOS DE TERCEIROS	5.018,11	28.349,10
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	946,01	4.263,95
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	1.588,89	7.943,00
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	2.327,78	5.912,46
ENCARGOS FINANCEIROS	220,10	936,19
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICAIS	83.270,41	328.555,37
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	989,01	6.382,35
DESPESAS COM VEICULAÇÃO	0,00	4.379,20
DESPESAS COM VIAGENS	12.569,86	70.316,52
DESPESAS COM ATIVIDADES SÓCIO-CULTURAIS	6.639,40	18.995,98
DESPESAS C/ATIVID. POLÍTICO-ASSOCIATIVA	7.080,90	15.462,38
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES	45.766,24	151.878,94
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS	6.825,00	19.140,00
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICAIS	3.400,00	42.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	26.804,89	122.398,14
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT	11.097,19	47.471,42
CONTRIBUIÇÕES PARA O PROIFES	15.707,70	74.926,72
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	71.064,99	341.662,57
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	341.662,57	341.662,57

CLÁUDIO SCHERER
Presidente

NINO H. FERREIRA DA SILVA
Contador - CRC-RS 14.418

Reajuste de 28%

É chegada a hora de cobrarmos os atrasados

Sempre que se fala em 28,86%, é importante lembrar que a Adufrgs-Sindical possui duas ações coletivas sobre esta matéria, cabendo recordar que esta distinção decorreu de decisão judicial:

- a) a primeira, em que representa os docentes filiados até dezembro de 1997 (esta limitação decorre de decisão judicial no processo)
- b) a segunda envolvendo os filiados após dezembro de 1997.

Este informativo se dirige exclusivamente aos docentes da primeira ação, que, recentemente receberam o informativo 38/09 (de 6/7/09) convocando todos a propor a cobrança judicial dos valores atrasados. A divulgação desta notícia gerou várias perguntas e dúvidas por parte de alguns docentes, as quais são aqui socializadas de maneira a esclarecer melhor a categoria.

Todo e qualquer ganho judicial que envolva discussão em torno da incorporação em folha de pagamento tem sido alvo de muita resistência por parte do Governo Federal. Com os 28% não foi diferente, sobretudo diante da posição do Supremo Tribunal Federal em admitir que ganhos concedidos em 1993 aos docentes pudessem ser abatidos dos 28,86%. No processo da Adufrgs esta alegação de compensação foi rejeitada, ou seja, não foi autorizada pelo Judiciário.

Por se tratar de uma decisão que diverge do entendimento atual, a Ufrgs tem se oposto ao cumprimento da condenação. Justamente antevendo este problema, há alguns anos atrás a Adufrgs e sua assessoria jurídica traçaram uma estratégia visando a execução do processo sem expor os professores ao risco da sucumbência¹, caso houvesse uma reviravolta de entendimento.

Antes de se cogitar de cobrar os valores atrasados – o que será feito agora através de ações em pequenos grupos – a Adufrgs preocupou-se em enfrentar o tema da compensação. Para isso, foi apresentado o pedido de inclusão dos 28% em folha de pagamento. A Ufrgs, como era previsível, se opôs alegando que em 1993 já

havia sido dado aumento equivalente aos 28%, o que gerou uma série de recursos que encerrou recentemente com a decisão do Superior Tribunal de Justiça rejeitando o recurso da Universidade.

A discussão sobre eventual compensação e período de cálculo repercute apenas sobre o cálculo dos 28,86% sobre os vencimentos do cargo efetivo. A incidência dos 28% nas funções gratificadas é diferente e, consequentemente não guardam relação com o vencimento básico do cargo efetivo². Por isso, neste intervalo de tempo até o julgamento do STJ, vários professores propuseram ações cobrando a diferença dos 28,86% sobre as gratificações de função. Os demais docentes que não tinham funções gratificadas em folha, se limitaram a protocolar um protesto judicial, no qual comunicavam a Ufrgs que tão logo encerrada a discussão da compensação, proporiam a ação cobrando o reajuste sobre o vencimento básico e demais parcelas.

Portanto, o chamamento feito agora em 2009 é dirigido a todos os professores que se associaram à Adufrgs até dezembro de 1997.

Vejamos, agora, as respostas às perguntas mais frequentes:

1. Alum tempo atrás executei as diferenças de 28% sobre as funções gratificadas. Tenho que entregar novamente? Sim. Os valores que já foram executados não se confundem com as diferenças sobre o vencimento básico e demais parcelas. A procuração e documentos entregues naquela oportunidade, já foram juntadas naquele processo, havendo necessidade de nova via, conforme modelos disponibilizados pela Adufrgs Sindical.

2. Lembro de ter entregue os documentos para o protesto judicial dos 28%. Entrego novamente? Sim. O protesto não é uma execução, mas apenas uma comunicação formal à Ufrgs de que o professor estava no aguardo da discussão sobre a compensação.

3. Já entrei com advogado particular. Posso ingressar com nova ação? Não, a menos que a ação seja aquela prevista no item 1 acima, ou seja, apenas a execução sobre as gratificações

de função. Normalmente, as ações com advogados particulares não faziam esta distinção, motivo pelo qual recomendamos que seja feito contato com o advogado em questão para maiores esclarecimentos.

4. Não lembro se fiz acordo para pagamento dos 28,86%. Como saber? Os acordos firmados para pagamento dos 28,86% na via administrativa previam o pagamento do valor acordado em parcelas que eram pagas duas vezes ao ano, normalmente em folha suplementar. Por via das dúvidas, um contato com a Progesp poderá esclarecer com maior segurança.

5. Quem fez acordo, ainda pode executar as diferenças? O valor que o Governo Federal propôs para acordo levava em conta a compensação dos 28,86% por outros reajustes da mesma época, o que, em relação ao vencimento básico e demais parcelas, praticamente zerava a conta. A Advocacia Geral da União pediu que estes acordos fossem homologados judicialmente. Caso isto tenha acontecido, o professor não poderá executar o que foi ganho na ação coletiva.

6. O professor faleceu. A família pode fazer algo? Até a mudança estatutária de 2008, o estatuto da Adufrgs não permitia que os pensionistas fossem representados pelo sindicato. Ou seja, os professores que fossem sócios quando do ingresso do processo (o processo foi ajuizado em janeiro de 1997), mesmo que tenham falecido após esta data, estavam representados pela Adufrgs. Neste caso, a família pode executar os créditos em nome da sucessão do professor falecido. Caso o falecimento tenha ocorrido antes de janeiro de 1997, esta alternativa não existe. Portanto, os familiares de professores falecidos que preencham os requisitos abaixo podem se habilitar a executar os 28,86%: Falecimento após janeiro de 1997 e ser filiado à Adufrgs antes de dezembro de 1997.

7. Recordamos que nossa assessoria jurídica dispõe de plantão para atendimento pessoal (Praça da Alfândega, 12 – 10º andar) ou telefônico (51 – 3228.9997) aos docentes, nos seguintes horários reservados: 2ª a 5ª, das 14hs às 16 hs. 

¹ Sucumbência equivale à condenação da parte que é derrotada no processo ao pagamento dos honorários do advogado da parte contrária, em valor a ser fixado pelo juiz do processo.

² Salvo as antigas Funções Comissionadas (FC) que têm tratamento diferenciado.



flickr.com/photos/gadl

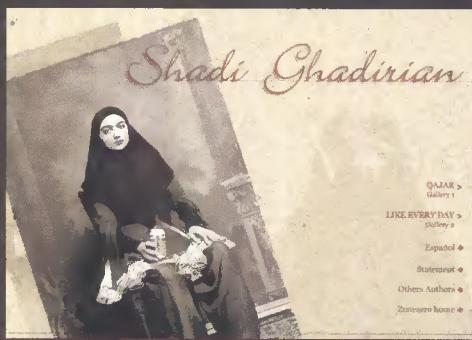
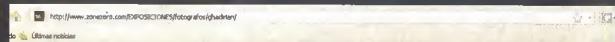
Wee Planets

Galeria de fotos do francês Alexandre Duret-Lutz que, com uma lente “olho-de-peixe” e muita disposição para trabalhar imagens, transforma vistas panorâmicas em cenários que lembram pequenos planetas, como o do Pequeno Príncipe. Professor da Escola de Engenheiros em Informática, desenvolveu um trabalho artístico usando uma técnica fotográfica de panoramas – conhecida como projeção estereográfica –, que permite captar imagens de 360 por 180 graus e representá-las em imagens planas, semelhantes a planetas. São paisagens de Paris, Praga, do interior da França e das Antilhas que transmitem sensações de completude e ordem, ao mesmo tempo que de isolamento.

zonezero.com/exposiciones/fotografos/ghadirian

Shadi Ghadirian

A fotógrafa de 35 anos do Irã teve seu trabalho mundialmente conhecido com a série “Como Todo Dia” onde revela um olhar crítico sobre o papel feminino na sociedade muçulmana de hoje. A série conta com trabalhos em que objetos domésticos substituem o rosto feminino, habitualmente escondido pelo famoso véu chador, ou revelam-se parceiros inseparáveis até na hora de tirar a fotografia. Os objetos vestem os tecidos que remetem ao famoso véu. No site há também a galeria “Qajar”, onde mulheres iranianas em cenários clássicos usam objetos que contrapõem sua veste com o cenário construído.



ricardofunari.com

Ricardo Funari

O carioca Ricardo Funari exibe em sua galeria fotografias cujo principal tema é a documentação social. Há registros de conflitos de trabalhadores rurais sem terra, da escravidão contemporânea, da seca sertaneja e da exploração da mão-de-obra infantil. Em 2002 o fotógrafo inaugurou o catálogo *on-line* **brazilphotos.com** e atua como consultor em implantação e gerenciamento do Banco de Imagens. Junto com o fotógrafo João Roberto Ripper, fundou e dá aulas na Escola de Fotografia Popular “Imagens do Povo”, no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro.



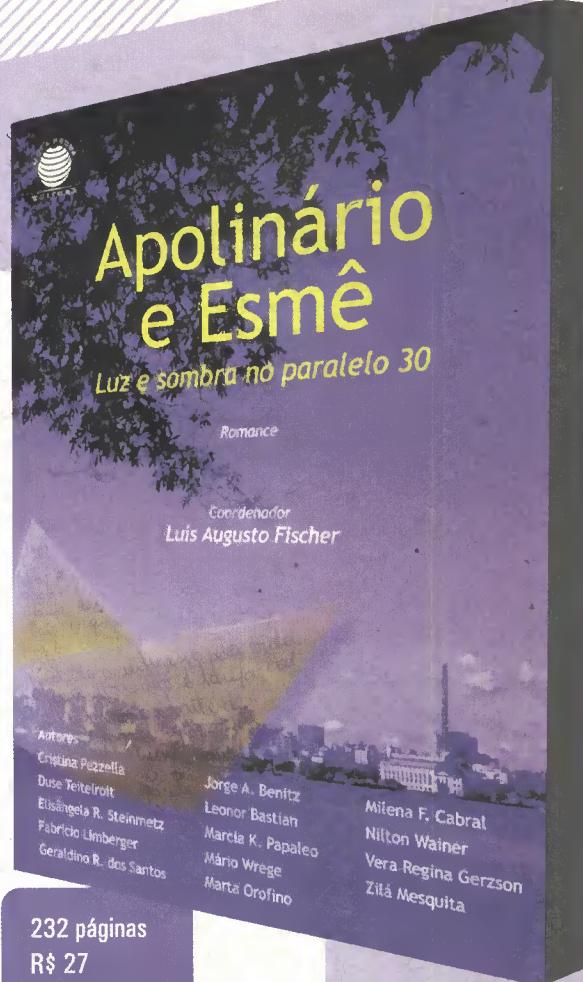
Apolinário e Esmê *

Luís Augusto Fischer (organizador)

Nova Prova Editora

A obra é fruto da oficina de textos coordenada por Luís Augusto Fischer, no StudioClio, durante o segundo semestre de 2008 e mantém a tradição do trabalho de Fischer no local: o cenário da ficção é Porto Alegre. Os dois personagens vivem no tempo presente na capital dos gaúchos. Catorze autores iniciantes à solta pela cidade encararam a missão de traçar os caminhos dos dois personagens: Apolinário e Esmê pelas ruas, bairros, cantos e recantos de Porto Alegre. Mais do que conhecer Apolinário e Esmê, o romance lançado agora, cerca de seis meses após o primeiro encontro dos autores, traz aos leitores o resultado desta experiência inusitada. Obras coletivas são muitas, mas notícia sobre um romance saído de uma oficina literária escrita por 14 autores em 20 semanas de produção, se não é inédita, é no mínimo uma raridade. Todos puderam escrever dois capítulos – um do Apolinário e outro da Esmê.

* Livro à venda através do (51) 3228.8369



232 páginas

R\$ 27



267 páginas
R\$ 42

A Batalha da Mídia

Dênis de Moraes

Pão e Rosas

Tratando da mídia como papel central no processo de luta social, A Batalha da Mídia não se limita a denunciar as condições da concentra-

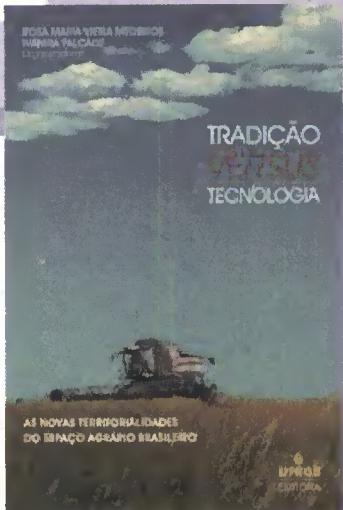
ção midiática ou as formas associativas internacionais que reafirmam o controle empresarial ao coligar diferentes burguesias. O livro de Dênis de Moraes mostra as lutas populares, que demonstram possibilidades efetivas de avançar, infletindo os espaços públicos para, também a partir deles, contrapor uma outra forma de produzir e difundir conhecimento, informação e cultura. Além de instigantes reflexões sobre os problemas da mídia no mundo contemporâneo, nos é mostrado as batalhas hegemônicas que, na arena da comunicação, têm tido lugar na América Latina.

Tradição versus Tecnologia

Ivanira Falcade e

Rosa Maria Vieira Medeiros
(organizadoras)

Ufrgs Editora



296 páginas
R\$ 25

O livro é o resultado de investigações e debate de questões do mundo rural no âmbito da Geografia Agrária e disciplinas afins. As pesquisas e debates apresentados trazem ao público o mais contemporâneo sentido que caracteriza a ciência geográfica e a Geografia Agrária em particular: conhecer, diagnosticar e formular prognósticos das transformações e os rumos do mundo rural numa sociedade urbano-industrial.

Conversa de eruditos

Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (Ospa) inova apresentando a série Encontros com o Maestro, na qual o regente detalha ao público curiosidades sobre as composições apresentadas pelos músicos

texto e fotos Naira Hofmeister

A música clássica está cada vez mais distante do público. A afirmação é do maestro assistente da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, Paulo de Tarso. "A começar pelo próprio nome, erudita, que bota medo na metade das pessoas", lamenta. O regente aponta ainda a linguagem do gênero musical como um impeditivo à sua popularização. "A música erudita é escrita e programada para não se entender", diz. Ele explica: são composições de longa duração, que requerem atenção do espectador para apreciar os detalhes harmônicos. As partituras são complexas e muitas sequer estão editadas. "Ainda trabalhamos com manuscritos", informa. Essa dificuldade incutiu nos músicos uma pequena dose de superioridade, suficiente para que eles se mantenham isolados dos demais gêneros e, claro, do público. "A música evolui e nós ficamos para trás, encolhemos graças a uma postura de inércia, de que todos têm que vir até nós", observa o maestro.

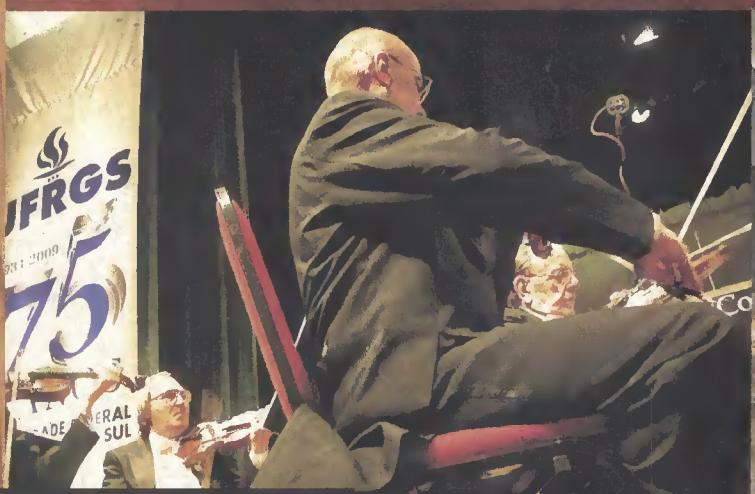
Para quebrar esse gelo surgiu a série Encontros com o Maestro, uma iniciativa pioneira no Brasil idealizada pelo diretor artístico da Ospa, Isaac Karabtchevsky, que está sempre viajando pelo exterior. Tratam-se de concertos comentados, nos quais o regente expõe alguns detalhes ou curiosidades das composições apresentadas. "O Isaac já faz isso muito bem, mas informalmente", disse Paulo de Tarso. A primeira edição do projeto aconteceu no Salão de

Atos da Ufrgs, que em 2009 serve de palco para os Concertos Oficiais da Ospa, enquanto o aguardado teatro especializado não sai do papel.

A apresentação do dia 14 de julho coincidiu com o aniversário de 200 anos da Queda da Bastilha e a abertura da mostra de arte realista produzida na França, em cartaz no Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli (Margs). Por isso, nada mais adequado que apresentar obras de Ravel, Debussy e Satie, três grandes nomes da composição erudita do país. A noite começou em balada pelas execuções dos hinos nacionais de Brasil e França. E, para surpresa de todos A Marselhesa foi entoada com mais vigor pela plateia, que tomou conta da metade dos assentos do teatro. "O 14 de julho influenciou muito mais do que as fronteiras da França", justificou o cônsul honorário em Porto Alegre, Roner Guerra Fabns.

Impressões de Ravel sobre a nobreza

O primeiro compositor apresentado foi Maurice Ravel (1875-1937), cuja obra, segundo Paulo de Tarso, alterna momentos de leveza e de brilhantismo. O programa do concerto, também escrito pelo regente, informa que Ravel foi um músico ousado, cujas influências incluem ballets russos, orientalismos, danças bascas e até jazz. "Sua música, à época, foi denominada por alguns críticos de impressionista", revela o texto. A Ospa começou



com Pavane por une Infante Defunte, uma homenagem de Ravel à princesa morta Edmond de Polignac. "Percebiam o caráter e a sonoridade triste dessa música, que evoca a cerimônia solene da corte espanhola durante o luto real", sugeriu o maestro.

A segunda composição foi Suíte Le Tombeau de Couperin, dividida em quatro pequenas peças "que oferecem cores - timbres - e combinações de instrumentos refinados", apresentou Paulo de Tarso. Também essa obra está relacionada com o comportamento da nobreza, já que François Couperin, a quem Ravel homenageia, era um importante compositor, cravista e organista da Capela Real do Rei Louis XIV.

Após o intervalo, a harpista Norma Rodrigues foi o centro das atenções por seu belo solo em Introduction et Allegro. Nesse momento, Paulo de Tarso optou por uma rápida introdução ao instrumento para o público. "Apesar de ser bem conhecida depois de Mozart, que escreveu um concerto para harpa, esse instrumento é bem anterior ao classicismo, datando de 4 mil anos antes de Cristo, no tempo dos faraós", apresentou.

Através das explicações, ficamos sabendo que até o século 18 não havia uma afinação padrão e que apenas cem anos depois os sete pedais (que representam as notas musicais) foram introduzidos. "Isso foi uma revolução", contou o maestro.

Satie, o vanguardista

Em seguida, o público pode apreciar as Gymnopédies 1 e 3, composições de Erik Satie (1866-1952) feitas originalmente para piano e orquestradas por outro francês, Debussy. "Prestem atenção e percebam o cuidado de Debussy em preservar a transparência dessa composição", orientou o regente. Gymnopédies faz parte de um conjunto, Tríptico, criado por Satie logo que saiu do Conservatório de Paris, portanto, ainda no início de sua carreira, no ano de 1888. Somente duas décadas depois ele ficaria conhecido e sua marca seria a ironia e a excentricidade, tendo sido considerado por Jean Cocteau como o compositor anti-romântico. "As inovações de Satie já podiam ser apreciadas antes disso, quando ele ainda era pianista em um café em Montmartre", observa Paulo de Tarso.

A excentricidade de Debussy

O final do concerto marcou a execução de Petite Suite, de Claude Debussy (1862-1918). Apesar de ter sido escrita para piano a quatro mãos, a composição reuniu no palco do Salão de Atos o maior efetivo de músicos da noite, sob a batuta de Paulo de Tarso. A obra é dividida em quatro peças, modelo típico do barroco, "e sugere quadros, momentos", explicou o maestro. Em seu texto no programa, ele complementou: "Novas cores na orquestração e uma técnica de sons em estilo declamatório e simultaneamente lírico, fez com que Debussy revolucionasse a música orquestral e pianística".

A



+ 1 chance

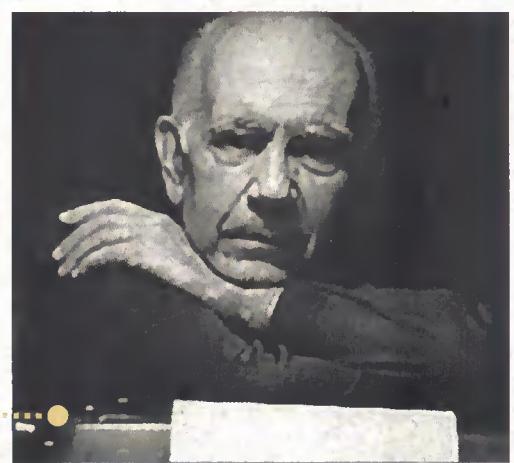
A terceira edição do projeto, marcada para 10 de novembro, reserva uma surpresa: os músicos vão tocar composições de um artista gaúcho super popular. De *Teixeirinha*, a *Ospa* apresenta *Querência Amada*, além de *Abertura Concertante* (de *Camargo Guarnieri*), *Cauchemar* (de *Francisco Braga*) e *O Moldava* (do Poema Sinfônico "Minha Pátria", composto por *B. Smetana*). As apresentações acontecem no Salão de Atos da Ufrgs e os ingressos podem ser adquiridos na bilheteria do teatro a R\$ 20. Professores, alunos e funcionários da Universidade têm entrada franca.

+ 1 homenagem

O espetáculo foi belíssimo e em muitos momentos ouviu-se gritos de "bravo!". Mas uma bela iniciativa do maestro Paulo de Tarso, muito aplaudida, foi sua fala ao final do concerto. "Poucas cidades têm uma estrutura cultural como Porto Alegre e isso tem que ser cortejado", elogiou. Citou também a conhecida apresentação que *Erico Veríssimo* fazia da capital gaúcha. "Sou de uma cidade que tem uma orquestra sinfônica", dizia.

+ 1 atitude

Na entrevista que concedeu à revista *Adverso*, o maestro *Paulo de Tarso* mostrou-se um combatente das formalidades que cercam o universo erudito. Depois de um discurso provocador no qual pedia inovações, especialmente na forma de divulgar espetáculos desse gênero e criticava a falta de visão dos músicos "que só sabem reclamar dos salários", confessou: "Estou sem ar". E quando comandou a execução dos hinos, o maestro surpreendeu mais uma vez virando-se para a plateia e regendo os coros que entoaram o hino nacional do Brasil e *A Marselhesa*.





Fotos: peregrinacultural.wordpress.com



1933

Ano de eleição da primeira deputada federal do Brasil, Carlota Pereira de Queiroz. Eleita em São Paulo, Carlota era médica e pedagoga. Ganhou projeção política em 1932, quando, durante a Revolução Constitucionalista, organizou um grupo de 700 mulheres e deu assistência aos feridos. Ocupou o cargo até o Golpe de 1937, quando Getúlio Vargas fechou o Congresso. Em agosto comemora-se o Dia Internacional da Igualdade Feminina e, além de ser a primeira deputada eleita no Brasil, Carlota também é lembrada por ter baseado seu mandato em defesa da mulher e das crianças. Ela trabalhava por avanços educacionais que contemplassem um progresso no tratamento das mulheres. Além disso, publicou uma série de trabalhos em defesa da mulher brasileira.



ADUFRGS
sindical